

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA PODER, ESPAÇO E SOCIEDADE

**CULTURA ASSOCIATIVA E ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO NO RIO
DE JANEIRO IMPERIAL:**
ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES PORTUGUESES NA CORTE (1860-1889)

ODAIR JOHN DIAS DOS REIS

MARIANA/ MG
2013

ODAIR JOHN DIAS DOS REIS

**CULTURA ASSOCIATIVA E ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO NO RIO
DE JANEIRO IMPERIAL:
ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES PORTUGUESES NA CORTE (1860-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Ouro Preto
como requisito parcial para a obtenção
do título de mestre.

Orientador: Ronaldo Pereira de Jesus

MARIANA/ MG
2013

R375c

Reis, Odair John Dias dos.

Cultura associativa e estratégias de organização no Rio de Janeiro Imperial: [manuscrito] Associações de imigrantes portugueses na corte (1860-1889) / Odair John Dias dos Reis - 2014.

86f.: il.; color.; grafs.; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder, Espaço e Sociedade.

1. Mutualismo - Teses. 2. Trabalhadores estrangeiros - Teses. 3.



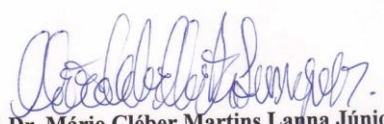
Odair John Dias dos Reis

"Cultura associativa e estratégias de organização no Rio de Janeiro imperial: Associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1889)"

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus
UFJF


Prof. Dr. Jefferson José Queler
UFOP


Prof. Dr. Mário Cléber Martins Lanna Júnior
PUC-MG

Para minha mãe que sonhou este sonho comigo.

AGRADECIMENTOS

Realizar esta tão sonhada dissertação só se tornou possível com o apoio material, intelectual e espiritual de diversas pessoas e algumas instituições.

É difícil apontar aqui todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para este trabalho, mas sou grato a todos.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto que aposta na cooperação de ensino com Mundo Lusófono e por todas as oportunidades oferecidas ao longo destes anos.

Ao meu orientador professor Ronaldo Pereira de Jesus, com quem trabalhei muitos anos e a quem expressei a minha grande admiração. Para além do meu estimado orientador, agradeço de um modo geral, a todos os professores que me acompanharam ao longo do meu percurso académico.

Aos inestimáveis amigos e colegas, Marconni Marota, Elizabeth de Sant'Anna, Piero Detoni, Julierme Italo e muitos outros.

Ao André Zambaldi, amigo e colega de apartamento que me garantiu o melhor ambiente de estudo, momentos de alegria, bem como o incentivo constante e pelos dilemas compartilhados.

Ao meu caro primo Elson Santos pela prestimosa ajuda na elaboração e correção dos gráficos e tabelas deste trabalho, mesmo nas horas mais impróprias.

Ao Nélio, Izabel e família pela amizade, pelas viagens, pelo carinho constante e que nestes quase sete anos de Brasil sempre me apoiaram e me aproximaram do ideal que gostaria de ser.

Por último as pessoas mais importantes, minha querida mãe que mesmo em meio a tantos obstáculos não mediu esforços para que hoje eu fosse mestre em história, aos meus queridos tios Cristiano e Fátima Santos que me adotaram como filho e também investiram em mim, não apenas como académico, mas como homem, e a Deus, que providenciou todas as coisas e todos os recursos das formas mais surpreendentes e maravilhosas.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem sucedidos”.

Bíblia Sagrada. *Provérbios 16:03*.

RESUMO

Este estudo que ora se apresenta tem como finalidade mais ampla dar continuidade ao processo de expansão da pesquisa sobre o fenômeno associativo no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. O trabalho analisa, em particular, as associações beneficentes de imigrantes portugueses na corte imperial, tendo como base documental os registros de criação ou reformulação dos estatutos das associações beneficentes de imigrantes criadas na cidade do Rio de Janeiro. A ênfase recaiu no tratamento das associações beneficentes (de ajuda mútua, socorros mútuos), entendidas como manifestações de solidariedades horizontais, características do período de crise dos mecanismos culturais e políticos de dominação senhorial.

Palavras-chave: Mutualismo, Cultura associativa, Imigração, Trabalhadores estrangeiros, portugueses.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Capítulo I

Gráfico 1	
População Masculina do Rio de Janeiro	20
Gráfico 2	
População Masculina brasileira	21
Gráfico 3	
População Feminina brasileira.....	21
Gráfico 4	
População de Estrangeiros no Rio de Janeiro	24
Gráfico 5	
População de Estrangeiros no Brasil	25
Gráfico 6	
Sociedade de socorros mútuos distribuídas por estados	27

Capítulo II

Quadro 1	
Lista de profissões de portugueses no Rio de Janeiro (1872-1876)	41
Quadro 2	
Relação de sócios que utilizaram os serviços do Hospital “São João de Deos” (Março 1864-Dezembro 1865)	45
Quadro 3	
Relação de prendas provenientes de Portugal aos portugueses residentes no Rio de Janeiro	48
Quadro 4	
Relação de cidades portuguesas de onde provinham as prendas.....	48

Capítulo III

Gráfico 7	
Entradas	68
Gráfico 8	
Despesas e aplicações.....	70

Sumário

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS	7
Considerações Iniciais	11
Capítulo I	15
Mutualismo e Imigração	15
Capítulo II	36
Aspectos institucionais do Mutualismo	36
Capítulo III	53
A estruturação do mutualismo de imigração portuguesa na sociedade brasileira	53
Considerações finais	74
Anexos	77
Fontes:	79
Referências	80

Em todas as partes do mundo há gente de Portugal,
Com saudade de alguém que deixou alguém,
Do outro lado do mar.
Se eu te pudesse abraçar e depois falar contigo,
Tinha tanta coisa para te contar,
Meu irmão e meu amigo.

Caminhar, caminhar, faz-se caminho ao andar,
Terra mãe - Pátria lar que a distância faz chorar.
Navegar, navegar sobre a terra e sobre o mar,
É preciso acreditar, se eu te pudesse abraçar.

Alma Lusa, *Se eu te pudesse abraçar*, 1998.

Considerações Iniciais

Para os homens daquele tempo, aquela era uma sociedade a ser erigida a partir das suas definições de nacionalidade, de cidadania, de liberdade e de justiça, o que permanece como um desafio estimulante.

Regina Duarte. *O século XIX no Brasil: identidades conflituosas*.

O século XIX brasileiro foi marcado pela intensa vinda de estrangeiros ao país, em grande medida estimulada e subsidiada pelo Governo em finais do oitocentos século. Após três longos séculos de exploração da mão de obra escrava o sistema dava sinais de esgotamento e a mão de obra estrangeira era a grande aposta para suprir essa nova demanda de força de trabalho livre e assalariada. O fluxo imigratório foi estimulado pelo oferecimento de facilidades no transporte de trabalhadores europeus e suas famílias para o Brasil, com o objetivo principal de suprir a demanda de mão de obra nas lavouras de café e até mesmo no insipiente processo de industrialização do país. Atraídos pelo sonho acalentado de “fazer a América” milhares de espanhóis, italianos, portugueses, entre outras nacionalidades, reconfiguraram o panorama social brasileiro. A expectativa de uma vida promissora acompanhava os imigrantes europeus, a maioria camponeses que não dispunham de terras para o cultivo e sustento de suas famílias.

Entre outros grupos, elegemos para estudo os portugueses que escolheram o Rio de Janeiro como destino entre os anos de 1860 a 1889. Segundo dados oficiais os lusitanos representaram o maior contingente de imigrantes que desembarcaram nos portos do Rio de Janeiro. Devido ao alto índice de imigração ilegal para a capital da Corte, torna-se difícil precisar o total de portugueses, mas estimasse que ao longo daquele período representassem 50% do total de estrangeiros residentes no Rio de Janeiro.

Agenciados por recrutadores de mão de obra europeia no exterior, milhares de portugueses deixaram suas vilas e suas famílias em busca de fortuna, mas imbuídos de um sentimento de que era necessário regressar a terra natal e aos entes queridos. O sonho brasileiro não tardou a mostrar a sua face nebulosa, nem tudo eram flores. O desemprego, as precárias condições de higiene da cidade, as dívidas contraídas com a

viagem para o Brasil, muitas vezes tornavam o sonho em pesadelo. Nesse cenário repleto de disputas, não só com brasileiros, mas com outros imigrantes e libertos, as coisas poderiam se tornar bem complicadas. O *ethos* da escravidão ainda era bem presente no cotidiano oitocentista, o que agrava muito a situação dos imigrantes que por inúmeras vezes recebiam tratamento similar aos escravos, o que causava protestos e insatisfação.

É neste contexto de incertezas e de redefinição das relações de trabalho que estrutura-se a experiência do mutualismo. O associativismo entre trabalhadores já existia no Brasil desde a primeira metade do século XIX, mas a partir da década de 1850 disparou o número de instituições. Muitas eram as tradições associativas, como montepios, clubes literários, associações recreativas, mas principalmente beneficentes e de ajuda mútua. Provavelmente devido às dificuldades em se conseguir assistência médica e às precárias condições de vida que se enfrentavam no Rio de Janeiro. A forma mutual de associativismo, especificamente, se estabeleceu na Corte a partir do segundo quartel do século XIX, registrando seu ápice por volta de 1860¹. Na segunda metade do século XIX o Rio de Janeiro era a cidade onde o associativismo se manifestava de forma mais intensa. A capital do império era o ambiente propício ao mutualismo, pois era uma cidade eminentemente voltada a indústria e serviços, além de sediar todo o aparelho burocrático estatal. As associações beneficentes ganham notoriedade proliferando-se de forma espantosa. As sociedades de ajuda mútua desenvolveram ações que propiciaram o amparo, a aposentadoria dos seus associados, auxílio aos desvalidos e também desempenharam importante papel nas áreas de lazer e solidariedade, principalmente em se tratando de associações de caráter étnico, pois favoreciam a construção de identidades coletivas.

Embora a capital do império fosse fortemente marcada pelos mundos do trabalho, o socorro mútuo e a beneficência predominavam na cidade do Rio de Janeiro, ao invés de associações de ofício como se poderia esperar de uma grande metrópole. A maioria das instituições, no entanto, era destinada a portugueses e seus descendentes que, além de representarem um elo com a pátria mãe, preocupavam-se em aliviar os problemas enfrentados pelos portugueses no Brasil. As instituições portuguesas eram extremamente sofisticadas e conseguiam reunir em apenas uma modalidade associativa

¹ Jesus, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: Locus: **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

diferentes características das suas congêneres e por meio de mecanismos complexos garantiam: ajuda pecuniária, tratamento médico, ensino, segurança social, material e moral, entre inúmeras outras. Não eram instituições religiosas a semelhança das irmandades, mas praticavam também a filantropia em benefício daqueles que não tinha condições de se afiliarem às instituições, e de modo geral funcionavam como organizações cooperativas, marcadas pelos laços horizontais de solidariedade. Tais características dificultam o processo de classificação das associações, não sendo possível estabelecer um padrão único para todas. No que tange às portuguesas era ainda mais difícil definir um padrão de seus associados, pois abrangiam diferentes setores da sociedade, bem diferente das instituições formadas em torno de categorias profissionais. Eram instituições com base local, algumas inclusive, definiam até o raio de alcance dentro da própria cidade, e mesmo assim mantinham ligações com Portugal e boas relações com as demais associações portuguesas.

Embora as associações portuguesas possuíssem um carácter acentuadamente “democrático”, e a possibilidade de mobilidade interna, existiam também diferentes categorias de sócios além dos beneficiários comuns, tais como: sócios remidos, aqueles que pagavam um valor definitivo; os beneméritos, aqueles que despendiam contribuições significativas para a associação; e os honorários, todos aqueles que por sua influência política ou status social contribuísssem para o avanço das instituições.

Um dos maiores méritos dessas instituições era a capacidade de auto sustento, pois as instituições de carácter étnico tendiam a ser mais duradouras, principalmente se levarmos em conta o fato de muitas instituições declararem falência em poucos meses de existência². Inúmeras estratégias eram utilizadas para a arrecadação de fundos, inclusive atividades culturais como festas, quermesses, missas, que além de promover a recreação e o lazer dos associados, se constituíam em excelentes mecanismos de arrecadação de fundos. Deste modo, os festejos e demais atividades ilustram bem quão intensa poderia ser a vida social das instituições e sua boa relação com a sociedade civil brasileira.

Independente da categoria em que se inseria uma instituição, pertencer a uma associação, além das garantias comuns, conferia ao associado *status*, respeito e até mesmo a valorização como profissional. Quanto as instituições portuguesas, essas eram

² Viscardi, Cláudia M.R.; JESUS, Ronaldo P. de. A Experiência Mutualista e a Formação da Classe Trabalhadora no Brasil. In: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel A. (orgs.) **As Esquerdas no Brasil: a Formação das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, volume 1.

projetadas para o futuro dos associados, mas não perdiam as amarras com o passado do povo lusitano, unindo assim tradição e modernidade.

Capítulo I
Mutualismo e Imigração

Um dos fenômenos mais comuns no mundo moderno talvez seja o contato interétnico, entendendo-se como tal as relações que têm lugar entre indivíduos e grupos de diferentes procedências “nacionais”, “raciais” ou “culturais”. É fato sabido que isso se tornou possível graças à expansão das chamadas Civilizações e à diminuição do mundo pela modernização dos transportes. Nesse sentido, parafraseando a conhecida afirmação cartesiana, mais do que o “bom senso”, parece ser a *identificação* étnica a coisa “melhor” distribuída no mundo.

Roberto Cardoso Oliveira, *Identidade Étnica e estrutura Social*.

Dom Pedro Segundo, Por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral Legislativa decretou e nós queremos a Lei seguinte:

[...]

Art. 2º. Na organização e regime das Companhias e Sociedades Anônimas, assim civis como mercantis, observar-se-ão as seguintes disposições:

§ 1º. As Companhias ou Sociedades Anônimas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiais ou Agencias, que se incorporarem ou funcionarem sem autorização concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escrituras de associação, [...] pagarão a multa de 1 a 5% do mesmo capital...

[...]

§ 3º. A autorização e aprovação [...] deverá ser solicitada por intermédio do Governo, o qual, ouvida a respectiva Secção do Conselho de Estado, remeterá à Assembleia Geral os documentos e informações que julgar conveniente.³

O mercado financeiro, assim como os demais setores da sociedade brasileira, em meados do século XIX encontrava-se em efervescência. Na corte imperial a economia era liderada essencialmente por portugueses e instituições financeiras favoráveis aos ideais do liberalismo econômico. Por outro lado, *os donos do poder* eram os conservadores, grupo desfavorável à iniciativa privada no Brasil. Surge então, naquele contexto, a lei nº 1.083, tradicionalmente conhecida como a *Lei dos entraves*, de 22 de agosto de 1860, com o intuito de organizar e controlar as casa privadas de poupança e crédito buscando proteger os direitos daqueles que faziam uso dessas modalidades. A lei estabeleceu também a instalação das Caixas Econômicas do Império e criou parâmetros para o controle das sociedades anônimas.

Com a nova lei o governo imperial demonstrava um grande interesse a respeito da organização civil e mercantil ao longo do período que vigorou a referida lei, 1860-1882. Três meses depois, com a publicação do decreto 2.711, regulamentou-se a aplicação da lei 1.083 que estabeleceu as condições necessárias para a organização e funcionamento das sociedades anônimas. Com o novo decreto, ampliou-se o alcance da norma para além das companhias, bancos e empresas, tendo como efeito colateral a

³ Lei 1083 de 22 de agosto de 1860. **Collecção de leis do Império do Brasil 1869**, www2.camara.gov.br. Agosto de 2012.

organização das mutuais, as instituições científicas, recreativas, filantrópicas, entre outras.

Deste modo, após os anos de 1860, as medidas adotadas pelo Conselho de Estado, órgão fundamental da política imperial, visando o controle econômico e social, fixaram limites legais para o funcionamento de todas as formas associativas residentes na Corte e em todo país. Tornou-se necessário a formalização de pedidos de funcionamento ou de reformulação de estatutos, no caso das sociedades já existentes. Tal lei surgiu como resposta às profundas mudanças em curso no Brasil ao longo do século XIX e principalmente no Rio de Janeiro. As primeiras mudanças consideráveis tiveram lugar ainda na primeira metade do século, com a tímida criação de indústrias como a Fábrica de Ferro da Villa de Sorocaba em 1812, a Fábrica de pólvora na lagoa Rodrigo de Freitas ainda no mesmo ano, a criação da Imprensa Real e o Jornal periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1816, a fundação da Sociedade de Incentivo à Indústria em 1831⁴, entre outros acontecimentos. As atividades econômicas até então eram na sua grande maioria agrícolas e movidas pela força do braço escravo, mercado este também extremamente lucrativo. A indústria praticamente inexistia, até mesmo devido a natureza das atividades econômicas desenvolvidas que necessitavam simplesmente da força do trabalho manual.

No que tange as sociedades, ainda na primeira metade do século XIX é possível encontrar registros de fundação, inclusive de sociedades de imigrantes, embora o aumento expressivo das mesmas só tenha acontecido na segunda metade do século. É importante realçar que a experiência de socorro mútuo foi experimentada e vivenciada por grupos sociais distintos e em diversas sociedades, sendo um fenômeno de alcance global. As mutuais representavam neste novo cenário, e para diferentes segmentos sociais, uma das estratégias coletivas de amparo mais acessíveis disponíveis no combate aos males oriundos do avanço do capital em terras brasileiras, protegendo o homem livre na sua nova relação com o trabalho, evitando assim que os mesmos se tornassem homens livres mas indignos. Cláudia Viscardi ao analisar o universo simbólico que perpassa as mutuais identifica o que denomina de “Ethos mutualista”⁵, comum a grande maioria das mutuais. Entre os valores mais importantes para as associações estava o da educação; a grande maioria delas estabelecia como uma de suas funções o provimento

⁴ Ludícibus, Sérgio. **A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil**: Lei nº 1.083 – 22 de Agosto de 1860. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 29, Agosto. 2002

⁵Viscardi, Cláudia. **Aspectos culturais do mutualismo**; *Scribd*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/96080507/Viscardi-Final-1> . Acesso em 26/10/2012.

da educação dos sócios e seus descendentes. Era muito comum o investimento na organização de bibliotecas ou na construção de escolas noturnas, liceus de arte e ofícios, entre outras iniciativas. A assinatura de revistas e jornais compunha parte dos estatutos de muitas associações, dada a importância para os contemporâneos. Muitas delas propunham a realização de cursos profissionalizantes, o que revelava o interesse de capacitar melhor às gerações futuras, além de melhor qualificar seus sócios para o trabalho. Por outras palavras, edificar bibliotecas, assinar jornais ou construir escolas, em certa medida correspondia às aspirações de valorização social, cultural e econômica do ofício e da figura do trabalho manual. Tendo em vista que a sociedade se estruturava em termos de diferenciações jurídica e sociais próprias do escravismo, para os trabalhadores reunidos em associações de socorros mútuos tornara-se importante demarcar o valor positivo da atividade exercida com maestria. Embora Viscardi dedique seus estudos a realidade de Minas Gerais, o chamado “Ethos mutualista” nos permite apresentar aqui o exemplo do Centro Operário de Corinto, fundado em 1922, citado pela mesma, que tornava claro o motivo que o levava a investir na educação: para que os filhos dos associados pudessem iniciar a vida prática, ou seja, tornarem-se trabalhadores mais qualificados que seus pais⁶.

Através desses inúmeros exemplos é possível identificar a presença de um valor comum entre os sócios: o encaminhamento de seus filhos ao trabalho, perpetuando-se gerações de operários. Na ausência de perspectivas mais amplas – como o ensino superior, por exemplo – os trabalhadores associados planejavam garantir a seus filhos uma melhor formação técnica, sem ousar ofertar-lhes uma capacitação que os qualificasse, por exemplo, para o trabalho intelectual.⁷

No Brasil do século XIX, em especial na cidade do Rio de Janeiro, o associativismo disseminou-se de modo expressivo entre operários, ex-escravos, artesãos, profissionais liberais, dentre outros grupos, com destaque para os estrangeiros que evidenciavam um forte empenho na valorização de laços patrióticos fundamentados em questões étnicas, além da proteção social característica da maioria dos grupos. Estes grupos são considerados étnicos na medida em que se identificavam ou se definiam valendo-se de símbolos culturais, “raciais” ou mesmo religiosos. O Rio de Janeiro

⁶Viscardi, Cláudia. **Aspectos culturais do mutualismo**; *Scribd*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/96080507/Viscardi-Final-1> . Acesso em 26/10/2012. p. 12.

⁷ Idem.

atravessava um período de efervescência urbana, onde a questão social e a necessidade de definição de um lugar social se impunham mais do que nunca. A nova realidade do escravo que se tornara homem livre, o novo cenário para o imigrante que era camponês e se tornou um operário, o homem branco livre, antes sem concorrência nos mundos do trabalho, necessitava naquele momento garantir o seu espaço no mercado, enfim, a conjuntura social se tornara outra naquele momento e a relação com o trabalho se mostrava um novo desafio.

Dentre inúmeros grupos estabelecidos na Corte imperial em associações, os portugueses se destacaram pelo grande número e variedade. Tais associações se justificavam em uma pretensa identidade lusitana. Assim como os demais grupos, os estrangeiros portugueses também criaram mecanismos para se estabelecerem e se afirmarem profissionalmente e socialmente. Chamo de pretensa identidade lusa, pois ao analisar grande parte dos estatutos escolhidos para compor este trabalho, pude perceber nitidamente aquilo que o antropólogo brasileiro Oliveira Cardoso denominou de “Identificação étnica”, “Identificação étnica refere-se ao uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e, desse modo, relacionar-se aos outros⁸”.

Geralmente o termo etnia é concebido e preso à noção de grupo, que por sua vez é vinculada à ideia de grupo biológico e culturalmente homogêneo. Dentro de uma nova realidade, de um novo país e de uma nova conjuntura política, talvez seja pertinente pensarmos estes grupos à luz das formulações de Fredrick Barth, como um “organizational type”. Um tipo de organização social espontânea, e não algo herdado ou imposto. Era mais a forma como o grupo se via do que propriamente era, lançando mão de discursos e ritos que os caracterizava e os distinguia destes ou daqueles.

No que tange aos portugueses, mesmo oriundos do mesmo país e, na grande maioria das regiões do norte, assim como outros imigrantes, produziam uma cultura, mas nem sempre eram frutos de uma cultura homogênea. Há que se levar em conta que a heterogeneidade era uma das características marcantes da sociedade do Rio de Janeiro do século XIX, e para que fosse avante um projeto de organização de ajuda mútua tornava-se necessário que elementos gerais e universais prevalecessem sobre os particulares, dando origem a uma nova identidade. A identidade neste caso supõe também a capacidade de designar quem são os outros, os não portugueses, os

⁸ Oliveira, Roberto Cardoso de. **O processo de assimilação dos Terêna**. Rio de Janeiro: Coleção Museu Nacional. 1960. p.125.

adversários, os concorrentes diretos nos mercados de trabalho, em outros termos, a identidade cria os instrumentos de reconhecimento e de distinção. Mas a despeito de sua nova realidade e, eventualmente de uma consciência de grupo, há uma inequívoca identidade étnica, operando tanto a nível de comportamento, quanto a nível do discurso. Mas não podemos esquecer que esta nova realidade que se esboça no Rio de Janeiro, de várias associações e formas de ajuda mútua, não se constituía de universos paralelos coexistindo num mesmo território. Exista o que Cláudio Batalha denominou de “cultura popular associativa”, onde acontecia o cruzamento e a coexistência de diferentes culturas nacionais e étnicas, de diferentes grupos profissionais, mas especialmente de imigrantes que desembarcavam na capital. Cláudio Batalha define “cultura associativa” como sendo

o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão do mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdadas de formas de organização mais antigas, como as corporações. Essa cultura associativa, ainda que receba a influência e influencie as culturas diversas das correntes atuantes no movimento operário – culturas militantes – é distinta desta.⁹

Batalha chama a atenção para o fato dessa cultura que permeava o universo associativo possuir duas vertentes: a primeira vertente refere-se a institucionalização das formas de sociabilidade, e a segunda vertente faz alusão a forma como os indivíduos compreendem o mundo por meio das associações. Esta cultura, salvo as particularidades de cada associação, definia o universo associativo até mesmo das mutuais de imigrantes e é a partir desse cenário que compreenderemos as associações de emigrantes portugueses.

A escolha deste grupo específico não aconteceu de forma aleatória ou simplesmente por critérios afetivos. Dados disponíveis no senso geral de 1872 apontam que a população de homens livres no Rio de Janeiro totalizava 225.843 diante de uma população de homens livres estrangeiros de 29.963, o que correspondia a 11.71% da população total do Rio de Janeiro.

⁹ Batalha, Claudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Batalha, C.H. M.; SILVA, F. T.; Fortes, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005. p. 99-100

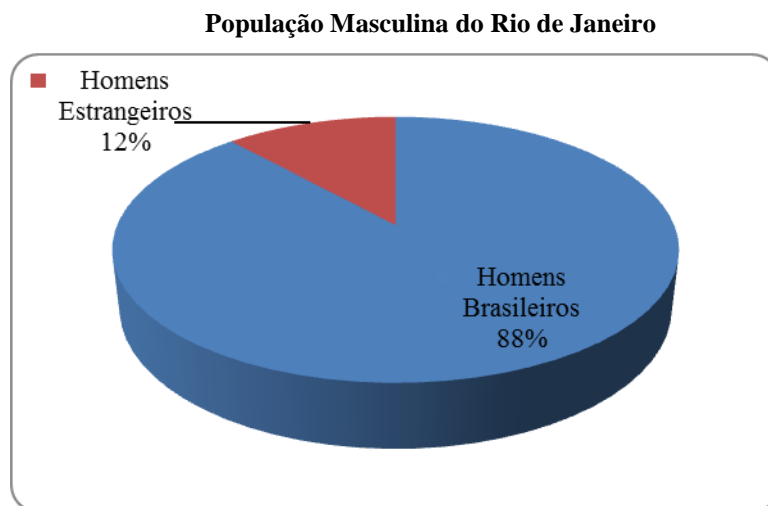


Gráfico 1

Fonte: Senso Geral do Brasil de 1875.

Eulália Lobo¹⁰ aponta que entre os anos de 1875 e 1890, somente a imigração lusa para o Brasil atingiu 270.000 pessoas, tendência essa que veio a duplicar nos anos de 1890, chegando a atingir um total de 400.000 pessoas. Parte significativa desse contingente luso se instalou na cidade do Rio de Janeiro, que ainda de acordo com o senso de 1872, foi a região onde se concentrou o maior número de estrangeiros no Brasil, cerca de 382,000, entre homens e mulheres, o que representa 7,61% da população do Brasil, como demonstram os gráficos a baixo.¹¹

¹⁰ Lobo, Eulália M. L. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001. p.18.

¹¹ Gráficos elaborados a partir dos dados disponíveis no Senso Geral do Brasil de 1872.

População Masculina brasileira

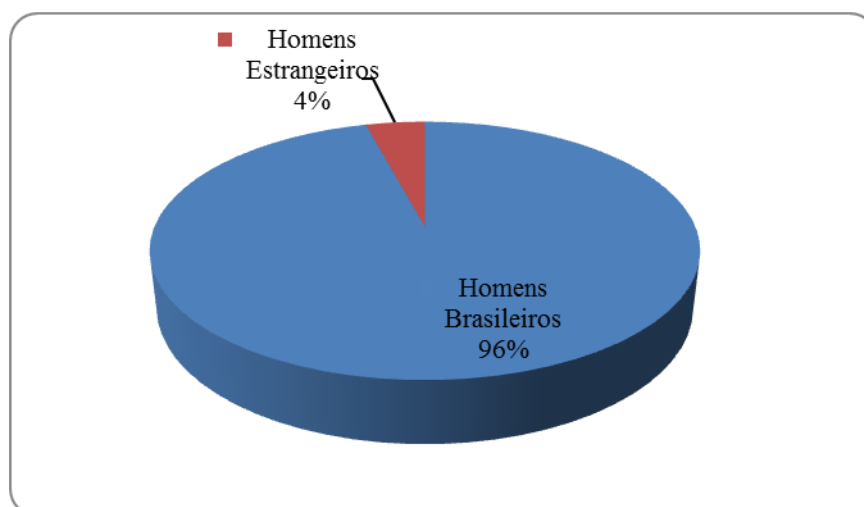


Gráfico 2

Fonte: Senso Geral do Brasil de 1875.

População Feminina brasileira

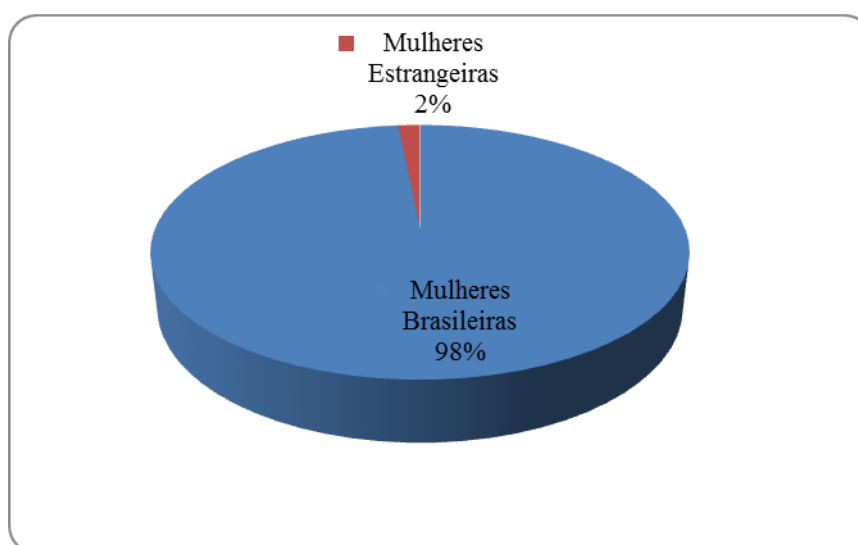


Gráfico 3

Fonte: Senso Geral do Brasil de 1875.

A imigração lusa acentuou-se para as terras brasileiras na segunda metade do século XIX estimulada pelas transformações ocorridas na Europa a partir do processo de industrialização e, especificamente em Portugal com a introdução do capitalismo no meio rural. A entrada do capitalismo no ambiente agrário, notadamente no norte do país, com destaque para as regiões do Alentejo e Ribatejo, lançou a grande agricultura comercial em Portugal por volta da década de 1850. Estímulos por parte do Estado

viabilizaram as transformações, contribuindo assim para a mecanização do campo. Esta nova conjuntura trouxe consigo alterações profundas no cenário agrícola português e em toda a realidade demográfica do país. A pequena propriedade agrícola foi engolida pelo o avanço da grande agricultura comercial em Portugal, sendo oficialmente legalizada com a abolição dos vínculos feudais sobre a terra, lei esta datada de 1863. O cenário que ora se desenhava tornava-se cada vez mais inóspito ao pequeno agricultor, e com as restrições ao livre uso dos pastos comuns e baldios, com o Código Civil de 1867, o padrão de vida dos pequenos proprietários rurais entrou em franco declínio. Uma crise agrícola se instaurara em Portugal de forma alarmante, e a imigração para o Brasil se mostrou uma importante válvula de escape. No caso brasileiro o panorama não poderia ser melhor; abolição da escravidão, novos ventos políticos com o advento da República e o início do processo de industrialização do Rio de Janeiro, o que desenhava um quadro muito promissor. A capital do império era uma cidade peculiar por possuir muitas caras. Era um local que conseguia conciliar o caos colonial com os elementos sofisticados e modernos da Belle époque, se constituindo num local onde tudo poderia dar muito certo pela transformação e modernização da cidade, como também poderia se transmutar num pesadelo. Mesmo com todos os riscos, “o Brasil era visto no imaginário popular como terra de abundância e oportunidades de enriquecimento, como transparece nas trovas populares”.¹²

O mito do retorno, elemento que impulsionava a emigração portuguesa, articulava-se ao mito da fortuna brasileira ou do enriquecimento rápido. As remessas dos imigrantes enviadas às famílias em Portugal reforçavam ainda mais o mito da fortuna, essa prática acabava funcionando como indicador de que o emigrante atingira melhores condições de vida. Os portugueses que por aqui aportaram eram na sua maioria camponeses e provenientes de aldeias do norte de Portugal, regiões como Aveiro, Braga, Coimbra e principalmente do Porto, que ocupava o primeiro lugar na origem dos emigrantes entre 1866 e 1898. Os emigrantes portugueses eram na sua maioria semiproletarizados, trabalhavam em atividades artesanais e manufatureiras em suas regiões de origem ou nas oficinas rústicas do campo que entraram em declínio com a emigração.

Os portugueses, apesar da origem camponesa procuravam evitar justamente o trabalho rural por causa desses escolhos e tenderam, na

¹² Lobo, Eulália M. L. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.p. 16.

medida do possível, a se concentrar na cidade pioneira da industrialização, capital do país: o Rio de Janeiro.¹³

A imigração causou grandes transtornos a Portugal, retardou no país a introdução do capitalismo e desfalcau inclusive os exércitos portugueses, pois a imigração também representava a fuga ao serviço militar. A maior parte dos imigrantes portugueses era do sexo masculino¹⁴ e, na sua grande maioria, partiam individualmente e levavam consigo o objetivo de enriquecimento rápido e o sonho de voltar para suas famílias e reconquistar um pedaço do solo natal perdido com o avanço do capitalismo. Com essa movimentação massiva para as terras brasileiras, já em 1872, os portugueses representavam 46% da população estrangeira residente na capital do império. Embora o Brasil e seus principais polos urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo, se mostrassem promissores, o país vivia um momento de profundas mudanças e uma explosão de mão de obra nos principais centros urbanos. O êxodo para as cidades de grupos libertos, de trabalhadores livres e de sujeitos de nacionalidades diversas, propiciaram o estabelecimento de formas de produção assalariadas ou semi-assalariadas. Com o fim do tráfico atlântico negreiro os padrões demográficos da cidade do Rio de Janeiro alteraram-se intensamente gerando mudanças na dimensão e a natureza da escravidão urbana, aguçando a diferenciação dos grupos sociais, “raciais” e as relações de trabalho.

Centro político e administrativo do império, a cidade do Rio de Janeiro foi caracterizada por uma intensa movimentação, atraindo pessoas de todas as regiões e imigrantes de diversas nacionalidades. A busca por melhores condições de vida se tornou num dos fatores responsáveis pelo grande deslocamento de imigrantes para a capital brasileira, e os salários praticados no Rio de Janeiro poderiam ser bem maiores que São Paulo e outras regiões do Brasil, inclusive maiores que os oferecidos na Europa, nomeadamente Portugal.

O surgimento de inúmeras sociedades ao longo do Segundo Reinado, em certa medida se deve a proliferação de uma determinada forma associativa; as sociedades beneficentes de socorros mútuos. Com o fim do tráfico atlântico negreiro e das relações paternalistas, que de alguma forma garantiam a subsistência de escravos, libertos, trabalhadores livre, nacionais e imigrantes e pelas transformações no mundo do trabalho, as sociedades beneficentes e de socorros mútuos despontaram como uma forma de minimizar os efeitos das transformações econômicas, sociais e também

¹³ Lobo, Eulália M. L. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 21.

¹⁴ Ver gráfico da população feminina do Brasil p. 21.

culturais. Tais sociedades tinham como fim, de modo geral, garantir o amparo pecuniário aos associados em casos de doença ou idade avançada, custear a compra de remédios, ou mesmo enterros, disponibilizar dinheiro em caso de prisão e construir bibliotecas e oficinas para o aprimoramento da mão de obra dos sócios e seus descendentes. No decorrer da segunda metade século XIX, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, o mutualismo adquiriu dimensão e alcance significativos, muito além do que comumente se supunha, especialmente entre os trabalhadores. Ao longo desse período, as sociedades beneficentes e de ajuda mútua emergiram de forma expressiva em face de outras tradições associativas. Cláudia Viscardi¹⁵ enfatiza que o mutualismo não foi a primeira forma de associativismo no Brasil, desde o período efetivo de ocupação do território brasileiro pelos portugueses, formas de associação pré-existentes na Metrópole foram para cá transplantadas, a exemplo as corporações de ofício e as irmandades leigas, dentre outras. O crescimento acelerado das mutuais apenas se registrou nos finais do século XIX, assim como de outras formas de associação como montepios, instituições filantrópicas, entre outras.

O número expressivo de sociedades portuguesas pode facilmente ser entendido ao se analisar o senso Geral do Brasil de 1872, conforme se percebe pelo gráfico a baixo¹⁶.

População de Estrangeiros no Rio de Janeiro

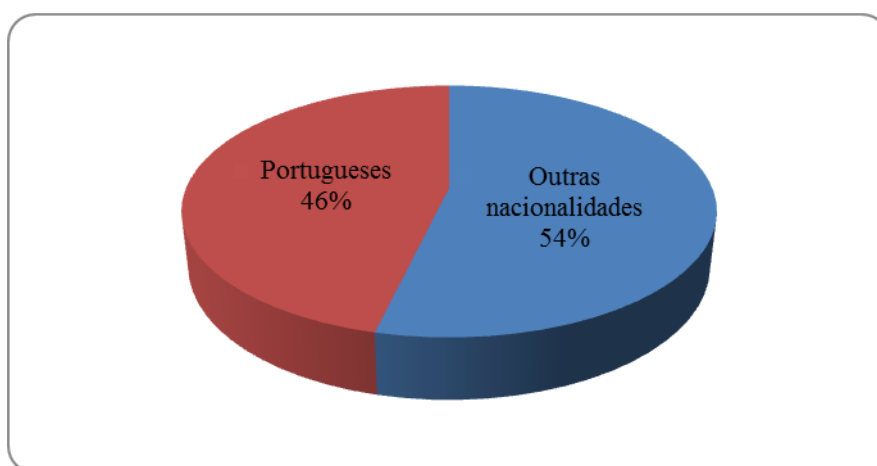


Gráfico 4

Fonte: Senso Geral do Brasil 1875.

¹⁵Viscardi, Cláudia. “Aspectos culturais do mutualismo”; *Scribd*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/96080507/Viscardi-Final-1> . Acesso em 26/10/2012.

¹⁶ Gráfico elaborado a partir de dados disponíveis no Senso Geral do Brasil de 1872.

46% da população estrangeira residente no Rio de Janeiro era constituída de portugueses, realidade esta não muito diferente em todo Brasil, como é facilmente perceptível pelo gráfico a baixo.

População de Estrangeiros no Brasil

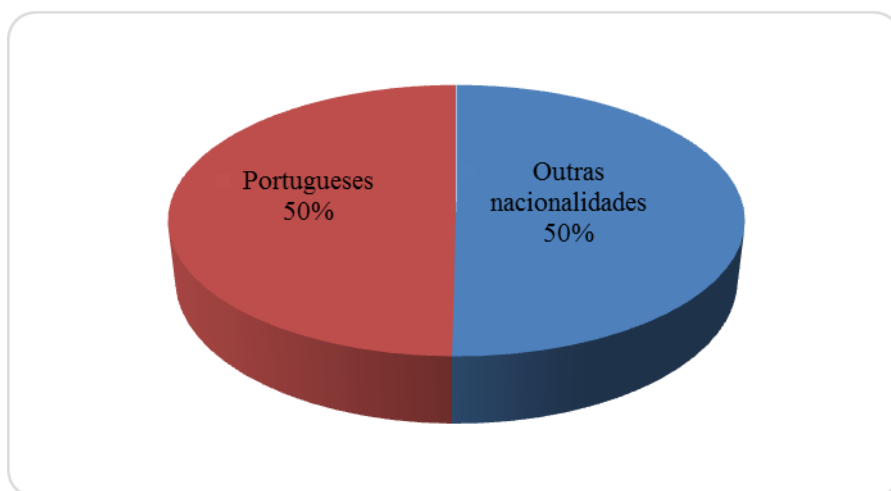


Gráfico 5

Fonte: Senso Geral do Brasil 1875.

Do total de estrangeiros residentes no Brasil, 50% eram portugueses e majoritariamente homens. O ambiente era propício a imigração, com as mudanças sociais em curso, e com o fim da mão de obra escrava e a sua gradual substituição tanto no campo como nas próprias cidades, ao imigrante só era necessário sua força de trabalho, que era na grande maioria das vezes seu único bem. A tendência dos imigrantes substituírem os escravos nas mais distintas atividades viu-se seguida de um discurso de progresso e da modernidade. A grande imigração portuguesa também estava intimamente ligada a absorção da mão de obra camponesa disponível em Portugal e demais país da Europa com o desenvolvimento das relações capitalista, e por outro lado pelo desenvolvimento do continente Americano. O fato de ser compartilhada a mesma língua, a mesma religião e a crença de uma civilização idêntica povoava o imaginário dos portugueses impulsionando cada vez mais o fluxo migratório. Com o gradativo aumento da imigração portuguesa, houve um aumento significativo de sociedades portuguesas no Brasil. Tais sociedades, assim como as demais, detinham mecanismos complexos de organização e funcionamento, envolvendo a criação de normas de admissão, a realização de assembleias gerais, a clara definição dos direitos e deveres dos

associados e o estabelecimento dos valores a serem pagos pelos sócios em forma de joias e mensalidades. Entre os anos de 1860 e 1889, 310 novas sociedades foram criadas no Rio de Janeiro¹⁷. Com o aumento expressivo de formas de associativismo tornou-se necessário a regulamentação por parte do Estado, tornando obrigatório, após 1860, pedidos formais de autorização para o funcionamento e aprovação de regras estatutárias para o funcionamento de todas as modalidades de associação, inclusive as mutuais. Neste período, o Conselho de Estado, órgão fundamental da política imperial, aplicou um conjunto de normas que fixou limites legais para o funcionamento de todas as formas de associativismo, tendo como pano de fundo a intenção de colocar sob controle do Estado a organização econômica, social e institucional de grupos residentes na Corte. Todo material gerado com as mudanças na legislação se tornou matéria prima indispensável a nossa pesquisa e permitiu compreender um pouco deste universo extremamente complexo do associativismo.

Embora o tema seja de extrema relevância para a compreensão dos desdobramentos da própria História Social do Trabalho no Brasil, e não só, os estudos voltados para a temática são relativamente recentes. Estudos realizados com base em registros documentais no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, evidenciam a variedade e a riqueza do fenômeno associativo no século XIX, e consequentemente grande parte da produção existente se refere a esses três Estados. Em levantamento feito por Adhemar Silva Jr., para o período entre os anos de 1882 e 1942, observa-se o crescimento de mais de 1000% no número de associações nos mais diversos estados brasileiros, com maior concentração nas décadas de 1920 e 1930, conforme se percebe no gráfico abaixo¹⁸.

¹⁷ Jesus, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: **Locus: Revista de História**. 2007. V.13 n.1. p.144-170.

¹⁸ Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro; Jesus, Ronaldo P. de. **A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil**. In: Ferreira, Jorge e Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*, vol. 1, A formação das tradições. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.10.

Sociedade de socorros mútuos distribuídas por estados.

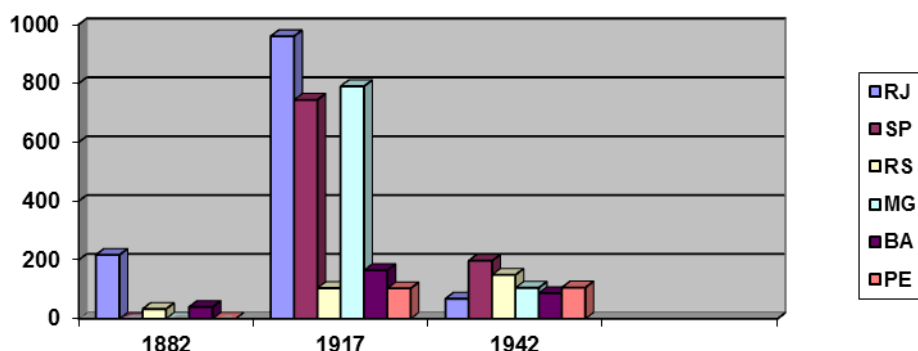


Gráfico 6

A experiência mutualista sempre foi vista pela historiografia mais tradicional do movimento operário nos anos de 1970 como forma menos importante de manifestação das classes trabalhadoras e, praticamente até a década de 1990, as associações de socorros mútuos eram caracterizadas a partir de parâmetros analíticos relativamente homogêneos que as relegavam à categoria de formas predecessoras do movimento operário no sentido clássico do termo¹⁹. Ronaldo Pereira de Jesus, apontando em direção oposta, denominou essa visão tradicional de “uma espécie de institucionalidade incompleta que teria sentido efetivo somente mais tarde...”²⁰. Jesus assinala em seu gráfico que o mutualismo foi contemporâneo ao associativismo classista e que atingiu seu auge nos anos de 1917 e 1918. Percebe-se também, uma maior concentração nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que ao lado do Rio Grande do Sul, eram os estados mais populosos, mais urbanizados e mais industrializados do país.

Essas eram as condições necessárias ao advento do mutualismo. Este panorama estabelecido pela historiografia, só é alterado ao final da década de 1980 e início da década de 1990, fortemente influenciado pela historiografia inglesa a partir da incorporação de novas fontes, métodos e aportes teóricos. Especialmente no que tange à História Social, tal processo foi influenciado pela renovação da produção intelectual

¹⁹ Para uma crítica dos modelos que preconizam uma classe operária “típica”, aos moldes do operariado europeu, ver, Batalha, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? In: **Revista Brasileira de História** - Política & Cultura -, vol. 12, n. 23/24, pp. 111-124, set. 1991/ago. 1992.

²⁰ Jesus, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860- 1887). In: Almeida, Carla M. C.; Oliveira, Mônica Ribeiro de. (orgs). **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. JF: Eduffj, 2006.

marcada pela reflexão dos historiadores britânicos, com destaque para Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Christopher Hill, Raymond Williams, entre outros.

A pesquisa histórica no Brasil se redimensionou, incorporando em seu rol de objetos as práticas, os valores e os sentidos sociais e culturais da experiência dos grupos sociais, com especial ênfase no modo como os sujeitos históricos atribuíam diferentes significados às suas formas de sociabilidade e organização, aos atos de revolta, greves e motins e às manifestações festivas e religiosas. Privilegiou-se, desde então, a análise dos processos de construção dos laços de solidariedade vertical e horizontal, das rivalidades, consensos, negociações e tradições na formação das identidades profissionais, étnicas, de gênero e classe²¹. Gradativamente, o estudo das manifestações culturais, políticas e sociais das classes trabalhadoras foram consolidando no Brasil a tendência a ampliar os horizontes de análise para além do movimento operário-sindical, das greves e dos partidos políticos autodenominados de esquerda. A utilização de categorias tais como “trabalhismo”, “classe como fenômeno histórico”, “formação da classe trabalhadora”, “cultura de classe”, “cultura militante” e “cultura associativa”, entre outras, possibilitou que nos últimos anos se aprimorassem novas abordagens acerca da experiência de organização social no Brasil na virada do século XIX para o século XX²².

Em grande parte, a pesquisa empírica esteve restrita às informações encontradas em periódicos, almanaques e obras raras quase exclusivamente. Nesse contexto, destacam-se os trabalhos que utilizaram as fontes relativas às associações recolhidas no fundo do Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ), na abordagem de temas diversos, como por exemplo, as continuidades e rupturas nas formas de organização do operariado no século XIX, as “visões da monarquia” e a experiência de associação entre os ex-escravos²³.

²¹ Para uma breve síntese da renovação da historiografia, sobretudo da história social, ver: Davis, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. **Historia Social**, n.º10, p.177-182, primavera – verano, 1991.

²² Ver: Hall, Michael M.; Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs.). **A Classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)**, vol. I: O movimento operário. vol. II: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense/Alfa-Ômega, 1979; Fausto, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976; Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; Hardman, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão! Vida Operária e Cultura anarquista**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984; Gomes, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988; Batalha, Claudio Henrique de Moraes. **Le Sindicalisme “Amarelo” à Rio de Janeiro (1906-1930)**. These de Doctorat de l’Université de Paris I, junho, 1986; Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? In: **Revista Brasileira de História, Política & Cultura**, p. 111-124, v. 12, n. 23/24, set. 1991-ago. 1992.

²³ Ver: Batalha, Claudio Henrique de Moraes. **Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária**. Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo, Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, pp. 41-69; Jesus, Ronaldo P.

Tânia Regina de Luca é pioneira nos estudos do mutualismo, e seu primeiro trabalho surge na década de 1990; *O sonho do futuro assegurado*²⁴. A historiografia tradicional sempre se baseou na tese segundo a qual as sociedades de socorros mútuos representavam uma fase inicial e curta do movimento operário no Brasil, sucedida pelo aparecimento dos sindicatos. Tania Regina de Luca se mostra contrária a essa tese e seu trabalho representa uma mudança de paradigma na abordagem do mutualismo. Por intermédio de pesquisa concentrada nas cidades de Santos e São Paulo, a autora defende que desde o final do século XIX, até meados da década de trinta, muitas foram as sociedades de socorros mútuos localizadas nas principais cidades do Estado de São Paulo, no momento em que este Estado passava por um processo de industrialização. E conclui que o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento de uma “nova questão social” propiciaram o desenvolvimento das sociedades de socorros mútuos.

De Luca assevera que o capitalismo industrial foi responsável pela proliferação das sociedades de socorros mútuos nas cidades de Santos e São Paulo na Primeira República. Tal argumento parece não dar conta da grandeza que o fenômeno associativo, principalmente o mutualismo, alcançou na cidade do Rio de Janeiro ao longo da segunda metade do século XIX. Ao que tudo indica, tal expressividade deve-se muito mais às transformações estruturais características da crise da sociedade monárquica escravista, do que exclusivamente ao desenvolvimento do capitalismo e seus efeitos na formação de um mercado de trabalho livre e assalariado.

Trilhando as mesmas linhas de pensamento, o volume sexto do *Cadernos AEL*²⁵ dedicado ao estudo das Sociedades operárias e mutuais, expandiu as possibilidades teóricas e empíricas no tratamento das associações de auxílio mútuo. Os textos do *Cadernos AEL* destacam, entre inúmeros problemas, as instituições mutualistas como elementos formadores de identidade. É de se destacar o artigo de Cláudio Batalha dedicado ao estudo das sociedades operárias, em que ressalta a necessidade de se entender a formação da classe operária partindo da problematização das continuidades e descontinuidades das formas de organização. Enfatiza ainda que no âmbito das práticas

de. **O Povo e a monarquia:** a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte, 1870-1889. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 2001, pp.125-170; Chalhoub, Sidney. **Machado de Assis, historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003; **The Politics of Silence:** Race and Citizenship in Nineteenth-Century Brazil. In: *Slavery and Abolition*, vol. 27, n. 1, April 2006, pp. 73-87.

²⁴ Luca, Tânia Regina. **O sonho do futuro assegurado:** o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

²⁵ *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo.* Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999.

sociais e culturais, o assistencialismo mutual e as ações de resistência por parte dos sindicatos se confundiram ao longo da segunda metade do século XIX. Batalha também dedica especial atenção aos elos de continuidade entre as mutuais e as corporações de ofício. Acredita que as mutuais se constituíram num modo viável de organização dos trabalhadores manuais após a proibição das corporações de ofício em 1824, transformando-se num instrumento capaz de conferir proteção à transmissão de saber técnico. Dessa forma, podemos inferir as mutuais teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX, sem as quais dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido.

Com a publicação de *Culturas de Classe* em 2004, Batalha volta-se para a análise da cultura própria dos diferentes tipos de associações de trabalhadores, tomando como ponto de partida a distinção básica entre “cultura militante”, “cultura associativa” e “cultura de classe”. Para Batalha o ano de 1920 foi de extrema importância para o movimento operário, pois a década de 1920 teria sido cenário do começo de uma cultura operária, e em certa medida fruto do desdobramento de uma cultura militante anarquista, paradoxalmente no momento em que o movimento operário encontrava-se em retração, prejudicando dessa forma o advento de uma cultura de classe materializada entre trabalhadores. Outro ponto a se ressaltar nesse mesmo trabalho são os rituais e celebrações dos trabalhadores, que nos anos anteriores a 1880 permaneciam a cargo das sociedades mutualistas.

Outro importante trabalho acerca do mutualismo é *Baile de máscaras*²⁶, de Beatriz Kushnir. É analisado um grupo de cafetinas judias a partir de suas associações de ajuda mútua, observando de forma detalhada os mecanismos de solidariedade e sociabilidade desenvolvidos pelas mesmas. Através deste estudo, Kushnir consegue captar as “visões do grupo sobre si mesmo”, enquanto grupo marginalizado dentro da comunidade judaica e da sociedade como um todo, suas lutas constantes pelo direito de exercer a religiosidade e a exploração da associação como referência na construção de uma vida digna. Para a autora, é possível perceber a teatralidade da vida de modo geral e, em particular aquela exercitada por esse grupo de mulheres, através de suas trajetórias de vida e das histórias das associações. No caso dessas mulheres que atuavam de forma coletiva, o objetivo maior era construir e preservar uma identidade positiva fundada na especificidade de serem judias.

²⁶ Kushnir, Beatriz. **Baile de Máscaras**: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

É apropriado ressaltar o contributo que a tese de Marcelo Mac Cord trouxe ao debate, pois possibilitou dessa forma pensar novas questões que abarquem as mudanças e as permanências de elementos originários da tradição corporativa dos ofícios. MacCord se dedica ao estudo do Recife no oitocentos em que é visível um quadro de desvalorização do trabalho manual. No entanto surge naquela conjuntura um grupo de carpinas e pedreiros de “pele escura”, artífices que articularam costumes da tradição corporativa dos ofícios na construção de sua sociedade mutualista, procurando dar valor, coletivamente, ao seu próprio ofício, libertando-se dos estigmas da escravidão e tecendo mecanismos para deter o monopólio do ensino de artes e ofícios vinculados ao mercado da construção civil da capital pernambucana²⁷.

Deve-se destacar também o trabalho de Adhemar Lourenço Silva Jr.²⁸, envolvendo prioritariamente a realidade do Rio Grande do Sul, abrangendo o período que vai do final do XIX ao início do século XX. A pesquisa analisa a relação das associações mutuais com as elites econômicas, os potentados locais e o Estado, identificando o movimento de troca de benefícios e proteção por apoio político entre os anos de 1854-1940. Adhemar Silva Jr. aponta certo vínculo entre a urbanização e o mutualismo, alegando ainda que as cidades localizadas nos limites internacionais do Estado possuíam maior taxa de mutualização.

Um novo estudo é realizado²⁹ tendo como pano de fundo a abordagem da regulamentação das associações de socorro mútuo pelo Estado brasileiro, desde as primeiras incursões do Império até as mudanças formais introduzidas pelo advento da República. A ênfase recai na ação do Estado rumo à criação de um mercado previdenciário nacional, que levaria a um paulatino esvaziamento das mutuais nas décadas de 1930 e 1940.

Uma das obras fundamentais a cerca do mutualismo, o último trabalho de Adhemar Lourenço da Silva Jr.³⁰, tem se mostrado um dos estudos mais sólidos acerca do fenômeno no Brasil. Fornece subsídios para se acompanhar o debate em torno do tema fora do Brasil, como na França, Inglaterra, Itália, entre outros países. O objetivo

²⁷MacCord, Marcelo. **Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**, Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2009, especialmente os capítulos 1 e 2.

²⁸ Silva Jr., Adhemar L. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889) In: Lócus: **Revista de História, Juiz de Fora**: EdUFJF, 1999, volume 5, número 2.

²⁹ Silva Jr. Adhemar L. da. Estado e mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940) In: CD-ROM das **Jornadas de História Regional Comparada**, Porto Alegre: 2000.

³⁰ Silva Jr. Adhemar L.da S. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas**. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre: 2005.

maior do estudo, embora o autor afirme não ter respondido a questão central, era o de averiguar se as formas de organização das mutuais, direcionadas para a prática de estratégias privadas, poderia favorecer a implementação de estratégias públicas. De acordo com Silva Jr., o que se pode perceber neste caso é uma clara definição do que se constituía este fenômeno.

Cláudia Viscardi analisa o mutualismo urbano em Minas Gerais, e fato que chama atenção em suas pesquisas³¹ é o resultado do senso de 1920, que aponta a existência de 2600 associações somente nesse mesmo Estado, sendo várias associações de caráter étnico e até mesmo filantrópico. Embora Viscardi não descarte completamente o papel das “sociedades” na formação de uma cultura operária, inclina-se mais à probabilidade de serem as mutuais “espaços de reforço de identidade de setores sociais excluídos, de vivência e relações solidárias e de lócus de reforço de hegemonia de setores sociais mais abastados”³². A autora também se preocupa em ressaltar que a experiência mutualista resultou de escolhas estratégicas de diferentes sujeitos sociais, na busca dos mais diversos interesses de ascensão social, ou mesmo de prevenção contra o descenso social, o que não excluía a utilização de outras estratégias como a militância sindical por exemplo.

Em *O Povo e a Monarquia*³³ Ronaldo P. de Jesus estuda a relação estabelecida entre os segmentos populares e a Monarquia tendo as associações como ponto de partida. Ronaldo P. de Jesus demonstra que grande parte das organizações dos trabalhadores livres da corte permaneceu voltada à imagem mais convencional do monarca, o “pai dos pobres” e homem benevolente, mesmo existindo associações com posicionamentos político bem definidos, que chegavam mesmo a indicar a seus membros em quem deveriam votar no período eleitoral. Em meio a esse cenário de grandes mudanças no âmbito social vê essas organizações como evidência empírica de estratégias de representação coletiva em busca de proteção e até mesmo de reconhecimento social. Ronaldo P. Jesus aponta que os dados alusivos às associações estabelecidas no Rio de Janeiro ao longo do segundo Reinado podem, também, revelar dados significativos sobre o processo de formação da classe trabalhadora desse período.

³¹ Viscardi, Cláudia M.R. **As experiências mutualistas de Minas Gerais**: um ensaio interpretativo. In: Almeida, Carla M. C.; Oliveira, Mônica Ribeiro de. (orgs). **Nomes e Números**: alternativas metodológicas para a história econômica e social. JF: EDUFJF, 2006, p. 311.

³² Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. **“Mutualismo e Filantropia”**. Locus - Revista de História, Juiz de Fora: EdUFJF, vol. 18, 2004, p.105.

³³ Jesus, Ronaldo Pereira de. **O povo e a Monarquia**: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889). São Paulo, 2001. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

Também procura vislumbra a possibilidade, por intermédio dessas associações, de se encontrar “vestígios importantes das visões da Monarquia de um segmento específico da gente comum, materializadas nas homenagens prestadas pelas então chamadas “sociedades ao imperador, e/ou família real”³⁴.

É possível observar que o estudo desse fenômeno no Brasil vem propiciando aos pesquisadores o levantamento de uma série de questões alusivas à própria organização da sociedade civil como um todo, e à formação de espaços de ação da classe trabalhadora. As pesquisas aprofundam o debate sobre a relação entre as corporações de ofício do século XIX, as irmandades, as associações de auxílio mútuo e beneficentes e o moderno movimento operário, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entre os estudos em curso, as diferenças são mais de abordagem teórico-conceitual do que propriamente empíricas. O tipo de fonte utilizada correntemente abrange estatutos, atas, estatísticas e relatórios oficiais, notícias de jornais e correspondências. Além disso, nas últimas décadas, a investigação dos elementos constitutivos e dos processos históricos relacionados à cultura associativa das classes trabalhadoras favoreceu-se com a introdução de conceitos antropológicos, em grande parte fundamentada na obra de E.P. Thompson. Conceitos esses que permitiram uma reflexão mais profunda sobre as classes subalternas, abrindo possibilidades também de se pensar tais grupos como sujeitos de sua própria história.

³⁴ Jesus, Ronaldo Pereira de. **O povo e a Monarquia**: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889). São Paulo, 2001. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, p. 145.

Capítulo II

Aspectos institucionais do Mutualismo

A emigração tem, na realidade, permitido amíúde uma melhoria substâncial da condição económicá, quiçá social, quase nunca cultural, daqueles que a escolheram. Porém muitos portugueses da segunda metade de oitocentos, acordaram do sonho brasileiro envoltos em negrúmes de pesadelo.

Maria Antonieta Cruz. *Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista á luz da imprensa portuense.*

O Rio de Janeiro do século XIX era sem dúvida uma das principais cidades da América latina. Ruas apinhadas de gente, comércio ambulante intenso, cavalos e bondes disputando espaço pelas ruas evidenciavam a forma como o velho e o novo caminhavam de mãos dadas. A vida na Corte era intensa e se aquecia mais ainda com a chegada de navios ao porto da cidade trazendo a cada dia mais imigrantes. Foi neste cenário, beirando o caos que a maioria das associações beneficentes e de ajuda mútua emergiu, inseridas num panorama global de desenvolvimento de práticas de socorro mútuo, num processo de diversificação populacional em franco crescimento. O associativismo convivia com uma vasta gama de outras tradições associativas e as sociedades portuguesas por sua vez conviviam com suas congêneres de outras nacionalidades e, muito embora não prestassem serviços diferentes das demais, o que destacava no caso das instituições portuguesas era seu raio de ação que se mostrava de longe superior às demais.

Tomamos como base para o nosso estudo a documentação referente a oito associações, depositada no Fundo do Conselho de Estado do Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro, são elas:

1. Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia e Beneficente – 1862
2. Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro – 1862
3. Sociedade Portuguesa Amor a Monarquia – 1867
4. Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros de Dom Pedro V – 1871
5. Associação Portuguesa Memória de Dom Pedro V – 1876
6. Sociedade União Beneficente Dom Pedro II – 1876
7. Associação Portuguesa de Beneficência – 1877
8. Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal – 1882

Selecionamos associações de diferentes décadas do século XIX a fim de realizar um balanço estrutural e quantitativo dos estatutos das instituições observando variáveis constantes ou específicas que pudessem delimitar as peculiaridades da cultura defendida e praticada entre os sócios das instituições portuguesas na cidade do Rio de Janeiro. Das sete associações, três são da década de sessenta visto ser a década da publicação da lei 1.083 contendo providências sobre diversas companhias e sociedades e o período que as

mesmas começaram a se adequar as novas exigências do Governo com a reafirmação da necessidade de autorização estatal para o seu funcionamento.

A análise atenta às atas e estatutos das inúmeras associações permitiu-nos conjecturar o funcionamento interno dessas instituições e seu relacionamento com a sociedade carioca. Podemos avançar que, de modo geral, eram instituições que se preocupavam com seus pares desde a chegada ao Brasil e até mesmo com seu possível retorno, caso fosse necessário. Associações como a Sociedade Portuguesa de Beneficência disponibilizavam em suas sedes ou em casas próprias, espaço para acolher imigrantes portugueses que chegavam à Corte, na sua maioria, debilitados pelas condições de viagem descritas por Maria Antonieta Cruz da seguinte modo:

Mal alimentados, acomodados como animais num reduzido espaço, onde grassava a sujidade, o calor e os maus cheiros, escondidos nos porões à chegada ao Rio de Janeiro, para evitar a intervenção das autoridades consulares que reprimiam a emigração clandestina e os contratos de locação de serviços que infringissem a legislação portuguesa em vigor, os nossos compatriotas teriam ainda de enfrentar no Brasil os surtos epidémicos, sobretudo de febre amarela, que tantos portugueses dizimaram³⁵.

Solidários com seus conterrâneos e conscientes dessa realidade, os portugueses eram amparados em sua chegada ao Brasil. Isso não significava ingressar automaticamente a alguma agremiação portuguesa, pois o fato de ser português não era por si só, critério necessário para compor o rol de membros de qualquer instituição. Geralmente a admissão se dava de duas formas principais: primeiro por anúncio anual em jornais com duas ou três chamadas alternadas, ou por indicação de antigos sócios e parentes. Mulheres também eram admitidas como sócias, mas a grande maioria apenas por indicação de parentes, ficando estes responsáveis pelas mesmas em tudo e por tudo. A Sociedade Portuguesa Amor á Monarquia, porém, sofisticava ao prever que:

Art. 4º Serão sócios efetivos todos aqueles portugueses (**inclusive senhoras**) **de moralidade e crédito, que forem propostos á Diretoria por qualquer sócio**; se, porém por qualquer matéria a Diretoria entender que não deve admitir ao grêmio da sociedade algum dos propostos, poderá recusar-lhe o diploma, a fim de haver harmonia na associação.

Art. 11º Aos sócios compete:

³⁵ Cruz, Maria Antonieta. **Do Porto para o Brasil**: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense, p. 188 e 1889. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6402.pdf>. Acessado em Agosto de 2013.

§1º Fazer parte da assembleia geral, discutir, votar e aceitar os cargos para que forem eleitos, excetuando-se aqueles que não tenham satisfeito, um ano, suas mensalidades³⁶.

O estatuto datado de 1866 sofisticava bastante ao retirar a restrição de indicação de mulheres apenas por parentes e prever a possibilidade de uma vida associativa ativa, e não meramente contemplativa por parte das mulheres, embora não possamos afirmar que na prática essa situação tenha se confirmado. Outro ponto de destaque era o rigor utilizado para a seleção de candidatos a membros da instituição, afim de “haver harmonia na associação”³⁷, preocupação válida para a longevidade das instituições.

Podemos afirmar com relativa segurança que, outro critério imprescindível para as instituições era o trabalho. Ser assalariado e possuir boa saúde eram condições fundamentais para se tornar sócio de qualquer instituição portuguesa. Embora as palavras trabalho, ocupação, emprego e profissão se alternem em diversos estatutos, todas remetem ao mesmo significado e são recorrentes.

Art. 4º Os sócios são de quatro setores:

§1º Efetivos os portugueses das duas somas, de boa conduta, admitidos pela diretoria sob proposta de um sócio na qual se declarou o nome, residência, estado e *emprego* do proposto³⁸.

Art. 3º A Associação Portuguesa Memória de D. Pedro V, terá quatro classes de sócios, a saber: contribuintes, cênicos, beneméritos e honorários.

Art. 4º Os sócios contribuintes serão portugueses de reconhecida moralidade e *honesta ocupação*, devendo requerer sua admissão ou serem propostos à administração por qualquer associado. A proposta deverá conter o nome, naturalidade, idade, estado, *ocupação* e residência do proposto³⁹.

Art. 2º para ser sócio desta sociedade é necessário:

§1º Achar-se no estado de **perfeita saúde e não ter defeito físico que possa, para o futuro, servir para alegar moléstia ou impossibilidade para o trabalho.**

§2º Ser de reconhecida moralidade e não estar envolvido em processo.

§3º Para ser-se admitido ao grêmio social é necessário preceder proposta datada e assinada por um sócio que se ache no gozo de seus

³⁶ Estatutos da Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia Caixa 543, pacote 02, Documento 26.

³⁷ Estatutos da Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia, 1866. Caixa 543, pacote 02, documento 26.

³⁸ Estatutos da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro de 1862. Caixa 531, Pacote 03, Envelope 01, Documento 34.

³⁹ Estatutos da Associação Portuguesa Memória de D. Pedro v, 1876. Caixa 554, pacote 01, envelope 01.

direitos; a proposta deverá conter: nome, idade, estado, nacionalidade, *profissão* e residência do proposto⁴⁰.

Apresentamos aqui apenas três estatutos, mas de todos os que tivemos acessos o trabalho era condição *si ne qua non* para se ser sócio. É impressionante como as associações e a própria sociedade viam o trabalho e apostavam nele como um critério de distinção social. O tão criticado vice-consul do Brasil em Portugal, Barão de Moreira (1861), afirmava que “só os mal morigerados e os preguiçosos seriam infelizes no Brasil”⁴¹, condicionando assim o ideal de felicidade a prática do trabalho. Em seu Artigo 1º, sexta alínea, a Sociedade Portuguesa de Beneficência prevê “fazer esforços para que os portugueses de procedimento irregular se corrijam, e se empreguem em trabalho honesto”⁴². Tal norma demonstra que a sociedade entendia que o trabalho ajudaria pessoas de procedimento irregular a se corrigir e a ganhar dignidade, reforçando positivamente o valor do trabalho para os membros. Isso em certa medida era um mecanismo de exclusão, pois a maioria dos portugueses que aportavam no Rio de Janeiro era pobre, outros desempregados por período indefinido, e o pagamento de joias e mensalidades não era baixo, sendo a maioria acima de 6\$000,00 (seis mil réis). Mas uma vez sócios, a preocupação em nivelar os indivíduos estava sempre presente. Exemplo claro disso pode ser visto no artigo 9º dos estatutos da Sociedade Amante da Monarquia e Beneficência que previa:

Art. 09 Todos os sócios são obrigados a concorrer com as mensalidades vencidas desde o último mês de Setembro até o dia de sua entrada, para assim ficarem todos colocados no mesmo pé de igualdade⁴³.

Independente do período do ano que fossem aceitos novos sócios era necessário nivelar os pagamentos com os demais, a fim de que todos recebessem o mesmo tratamento e benefícios. Aos que estavam à margem do assistencialismo restava apelar ao espírito filantrópico das instituições, que previam, inclusive em estatuto, auxílio aos pobres e a prática da caridade.

⁴⁰ Estatuto da Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal, 1882. Caixa 559, pacote 01.

⁴¹ Cruz, Maria Antonieta. **Do Porto para o Brasil**: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense, p. 188. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6402.pdf>. Acessado em Agosto de 2013.

⁴² Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, Arquivo do Conselho de Estado, Caixa 555, Pacote 02, envelope 02, documento 25.

⁴³ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 532, envelope 05, documento 26.

Um breve levantamento da ocupação dos sócios das instituições portuguesas no Rio de Janeiro nos permite reforçar a hipótese de Cláudia Viscardi que aponta as instituições como “policlassistas”, isso devido a heterogeneidade dos registros das profissões dos sócios. Embora excluísse aqueles que não trabalhavam, ao mesmo tempo aglomerava uma diversidade de portugueses de setores profissionais distintos, demonstrando uma organização abrangente. Nossa amostragem de 1033 sócios tem como base os registros das Sociedades União beneficente Dom Pedro 2º e da Associação Portuguesa Primeiro de Dezembro, de onde levantamos quarenta e oito profissões:

Lista de profissões de portugueses no Rio de Janeiro.

Lista de profissões (1872-1876)			
	Profissão	Quantidade	Porcentagem
01	Agencista	4	0,39%
02	Agricultor	1	0,10%
03	Agrimensor	1	0,10%
04	Alquimista	1	0,10%
05	Artista	373	36,11%
06	Bacharel	1	0,10%
07	Boticário	1	0,10%
08	Caixeiro	16	1,55%
09	Capitalista	2	0,19%
10	Comissário	7	0,68%
11	Compositor	1	0,10%
12	Dentista	1	0,10%
13	Despachante	7	0,68%
14	Diretor C.N	1	0,10%
15	Doméstica	194	18,78%
16	Empregado dos Correios	2	0,19%
17	Empregado no Fórum	5	0,48%
18	Empregado Público	168	16,26%
19	Engenheiro	3	0,29%
20	Escriturário	2	0,19%
21	Estudante	5	0,48%
22	Farmacêutico	2	0,19%
23	Feitor	1	0,10%
24	Guarda-Livros	7	0,68%
25	Litografo	1	0,10%
26	Marceneiro	1	0,10%
27	Marítimo	2	0,19%

28	Médico	2	0,19%
29	Militar	2	0,19%
30	Músico	1	0,10%
31	Negociante	166	16,07%
32	Oficial de justiça	1	0,10%
33	Patrão	2	0,19%
34	Pedreiro	2	0,19%
35	Pescador	6	0,58%
36	Porteiro	1	0,10%
37	Procurador	3	0,29%
38	Professor	6	0,58%
39	Proprietário	3	0,29%
40	Remador	18	1,74%
41	Solicitador	1	0,10%
42	Telegrafista	1	0,10%
43	Trabalhador	8	0,77%
Total		1033	100,00%

Quadro 1

Fonte: Registro de sócios das Associações D. Pedro II e Associação Portuguesa 1º de Dezembro.

Embora o perfil camponês do imigrante que chegava ao Brasil e a maioria destinada ao trabalho em serviços rurais, é interessante perceber como os portugueses conseguiram se fazer presentes em todos os setores econômicos brasileiros; fato que aponta também a heterogeneidade e o caráter abrangente destas instituições. Em 1860 o “Jornal do Porto” afirmava que “as riquezas que vinham para Portugal eram ganhos no comércio ou em alguma indústria e não no trabalho das roças”⁴⁴, condenando veemente o trabalho em terras brasileiras e denominando de ‘escravatura branca’. O levantamento das profissões dos membros das associações aponta um elevado número de operários/artista e negociantes, corroborando para essa visão. É significativo também o número de portugueses na esfera pública, funcionários do Estado em diversos departamentos, totalizando 16,24 %. É importante destacar também a grande presença de mulheres na vida das agremiações portuguesas, 18,78 %, um número bastante elevado que demonstra que as mulheres poderiam sim ter uma vida associativa intensa.

Neste levantamento de quatro anos aparece apenas um agricultor nos registros das duas sociedades. A saída para aqueles que almejassem alguma melhoria em suas condições de vida estava no comércio ou na indústria. Mas o grande problema deste

⁴⁴ Cruz, Maria Antonieta. **Do Porto para o Brasil**: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuguesa, p. 188 e 1889. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6402.pdf>. Acessado em Agosto de 2013.

setor era a instabilidade. As precárias condições de higiene aliadas a estruturas deficitárias de trabalho e elevadas horas de serviço geravam doenças comuns aos trabalhadores que encontravam nas mutuais o socorro de que tanto precisavam.

A cidade do Rio de Janeiro, embora fosse a cabeça do Império, era uma cidade conhecida também pela imundície, pelas vielas mal cheirosas por onde transitavam centenas de trabalhadores diariamente, pelas inundações provenientes de chuvas típicas de uma cidade tropical, pelas altas temperaturas e pelas moléstias provenientes de tal cenário⁴⁵. O associativismo não mediu esforços para contornar esta dura realidade. As precárias condições de vida e as enormes dificuldades em conseguir atendimento médico traziam doenças comuns aos trabalhadores, o que poderia levar o operário a perder seu emprego com relativa facilidade em um período de doença, aspecto que tornava mais do que necessário os auxílios em casos que impossibilitassem o sujeito a trabalhar. Embora as sociedades portuguesas fossem marcadas pelo forte sentimento pátrio, é imprescindível salientar que em momento algum as associações deixaram de ter como referência os mundos do trabalho, até mesmo pelo fato do trabalho ser a forma vista pelo imigrante, não só portugueses, de se alcançar a tão sonhada fortuna. Expressões como “auxiliar os enfermos e os impossibilitados de trabalhar”, recorrentes nos documentos, revelam os problemas comuns à realidade cotidiana daqueles que viviam e trabalhavam no Rio de Janeiro do século XIX.

Os principais auxílios se baseavam no tratamento médico dentro ou fora dos hospitais das instituições, nas mensalidades a viúvas de sócios para sustento e educação dos filhos, enterros, mensalidades a sócios necessitados e o mais surpreendente, o transporte de sócios para o país de origem ou para fora da Corte. A Associação Portuguesa de Beneficência, por exemplo, num período de quase dois anos, transportou 39 sócios para Portugal, um número considerável, dado ao fato de o valor da viagem ser elevado.

O raio de ação das mutuais portuguesas chega a surpreender devido a variedade e, por vezes, a complexidade dos auxílios. Sendo que grande medida eram destinados aos familiares dos associados, é válido delimitar como as instituições entendiam e definiam o núcleo familiar. Tomaremos como referência o capítulo 15º dos Estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal (1882), destinada exclusivamente à família do associado, para que não restassem dúvidas sobre quem tinha direito a algum tipo de pensão ou auxílio:

⁴⁵ Motta, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.09.

Capítulo 15º ***Da família do associado***

Art. 44º São considerados pessoas da família do associado, com direito a pensão de que trata o art. 39º, as seguintes: a viúva enquanto assim se conservar; as filhas solteiras legítimas até aos vinte e cinco anos e os filhos até aos doze anos respectivamente; ao pai ou mãe que provar ter mais de sessenta anos ou estejam impossibilitados de promoverem meios de subsistência. Não haverá reversão de pensão e nem se concederá mais de uma a mesma pessoa, seja por que título for. **Art. 45º.** Quando o fundo permanente atingir a cinquenta contos de réis em apólices, abrir-se-ão as pensões que serão pagas unicamente com o rendimento desse fundo capitalizado, procedendo-se a rateio se a quantia não for suficiente para satisfazer o pagamento de conformidade com o disposto no art. 39º destes estatutos. **Art. 46º** Não perderá o direito a pensão a pensionista que sendo sócia estiver recebendo beneficência que lhe garantem estes estatutos⁴⁶.

Em pareceres do Conselho de Estado a cerca de estatutos, o Governo sempre demonstrava a preocupação com abusos neste tipo de instituições, e sendo assim, delimitar o núcleo familiar do associado era uma necessidade financeira, mas acima de tudo uma necessidade moral. As associações demonstraram um perfil elitizante e um reforço das tradições provenientes de uma ética religiosa, demonstrando assim a sua necessidade de aceitação e afirmação social. Isso leva-nos a pensar em qual modelo de sociedade as instituições procuravam veicular e até que ponto correspondia à realidade na qual se inseriam, lembrando que os portugueses não possuíam uma boa fama no Rio de Janeiro.

Analisando o capítulo 15º da Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao marquês de Pombal, fica claro o reforço da moralidade quando o artigo afirma que apenas filhos *legítimos* teriam direito a auxílio ou pensão pós-morte do pai. O casamento e a questão da fidelidade aparecem nitidamente como valores morais para as instituições portuguesas, ou pelo menos assim o queriam fazer passar. Quanto às viúvas a garantia de pensão só existia se assim continuassem, pratica também comum as demais sociedades. A Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros Dom Pedro V (1871) chegava a ser mais rígida nesse quesito ao assinalar em seus estatutos que:

⁴⁶ O artigo 39º de que fala o capítulo referente a família dos associados previa que **Art. 39º** O associado que nada dever de benefícios e mensalidades, ou que tendo recebido beneficência satisfazer o disposto no **art.11º**, uma vez que pertença à associação a cinco anos, legará a sua família uma pensão de oito mil réis mensais; se tiver completado dez anos em idênticas circunstâncias a pensão será de dez mil réis. Em quaisquer dos casos o sócio titular terá mais dois mil réis por cada graduação. Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal. Caixa 559, pacote 01, envelope 02.

Art. 13. Aos sócios remidos e efetivos, e **suas viúvas enquanto bem procederem**, e os filhos enquanto menores, que tiverem necessidade de socorros, nunca a diretoria deixará de atendê-los em harmonia com os recursos da caixa. **Art. 14.** Os beneméritos, suas viúvas enquanto bem procederem, e seus filhos enquanto menores, que tiverem necessidade de socorros, têm direito á maior consideração da diretoria⁴⁷.

A sociedade não considerava um novo relacionamento um bom procedimento, e reforça essa questão em dois artigos, concluindo o art. 14 afirmando que enquanto houvesse um bom procedimento a viúva e os filhos tinham direito a maior consideração da diretoria. Outro ponto que merece destaque no artigo 44º da Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal é o fato de prever auxílio aos ascendentes dos associados e não apenas aos descendentes e viúva. Dar direitos aos pais dos sócios demonstrava a abrangência das mutuais portuguesas, lembrando que a entrada era limitada por idade, e quando permitida as mensalidades eram bem mais caras. Outro ponto a ser levado em conta é o reforço a masculinidade, pois aos filhos só era concedido pensão até aos doze anos, e ás filhas até a idade de 25 anos, desde que continuassem solteira.

De modo geral, as instituições concediam auxílios ao longo do ano, excetuando aquelas que reservavam um dia especial do ano para a prática de socorros e caridade, geralmente coincidindo com alguma data comemorativa. Os auxílios, mesmo que voltados fundamentalmente aos sócios, proporcionavam também ajuda a quem não o era, pois as instituições portuguesas possuíam, igualmente, um caráter filantrópico.

Uma das metas comuns a maioria das instituições, mas nem sempre alcançada devido ao seu alto custo, era a construção de hospitais próprios. A Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1840, possuía além de uma enfermaria, um hospital de grande porte, o Hospital São João de Deus. Os relatórios financeiros da instituição datados de 1865⁴⁸ dão conta do funcionamento interno do estabelecimento que era extremamente organizado. O Hospital oferecia três especialidades principais: a alopatia, fundamentada em métodos convencionais, a homeopatia, especialidade baseada em terapias alternativas e a cirurgia, além dos cuidados básicos de enfermagem. O relatório de quase dois anos de funcionamento aponta dados curiosos:

⁴⁷ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 550, pacote 03, envelope 01, documento 40.

⁴⁸ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 25.

Relação de sócios que utilizaram os serviços do hospital por especialidade

Dados do Hospital “São João de Deos”: Março de 1864 à Dezembro de 1865	
Total de sócios	9.873
Sócios que utilizaram os serviços do hospital	2.480
Sócios que procuraram a especialidade de Allopathia.	1.259
Sócios que procuraram a especialidade de Homoeopathia.	600
Sócios que procuraram a especialidade de Cirurgia.	621
Total de óbitos	73
Porcentagem de sócios que utilizaram os serviços do Hospital	25,12%
Porcentagem de óbitos	2,94%
Porcentagem de óbitos relativos ao nº de sócios	0,74%

Quadro 2

Fonte: Relatório de prestação de contas da Associação Portuguesa de Beneficência referente a Maio de 1864 a Dezembro de 1865

Os dados evidenciam a ampla procura por serviços médicos, pois em menos de dois anos 25,12 % do total de sócios utilizaram os serviços do hospital, em contrapartida, apenas 2,94% chegaram a óbito. A maioria dos associados optava pelo tratamento alopático, mais convencional e a base de medicamentos, totalizando 1.259 pessoas. Outro serviço que demonstra a capacidade logística que a instituição detinha era o alto número de cirurgias, totalizando 621 intervenções. Embora baseado em métodos alternativos, os serviços homeopáticos também correspondiam a um considerável número de consultas. Nem todas as instituições alcançaram este patamar, mas todas, além de possuir um médico que avaliava os candidatos a sócios, destinavam importantes valores para tratamento médico.

Os auxílios aos sócios nas instituições portuguesas eram bastante sofisticados e foram se aprimorando ao longo dos anos, extrapolando as ajudas pecuniárias em caso de moléstias, enterros, prisão, entre outras⁴⁹. A experiência associativa ampliou os objetos de socorro para construção de bibliotecas, publicação de jornais, entretenimento, premiação por inventos, etc. Era notável o esforço das instituições e o incentivo ao desenvolvimento intelectual dos associados. As associações Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal e Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia

⁴⁹ Pinheiro, Priscila. **Estratégias de organização da sociedade civil**: as associações de imigrantes portugueses na corte (1860 – 1882). Dissertação de mestrado, UFJF, Juiz de Fora, 2011.

são exemplos disso, e em seus estatutos preveem que os sócios devem auxiliar a sociedade com o uso da sua inteligência.

Capítulo 3º - Dos sócios, sua admissão e direitos.

Art. 8º Aos sócios incumbe:

§4º Concorrer para a prosperidade da associação, ao alcance de seus serviços e inteligência⁵⁰.

Capítulo 6º - Dos direitos dos associados

§7º A votar e ser votado para os cargos administrativos excetuando-se: o que estiver recebendo beneficência, o que não estiver no gozo de seus direitos, os empregados assalariados e as sócias existentes que só poderão servir em comissões especiais. **Os analfabetos poderão votar, mas, não serão votados**⁵¹.

Ambos os artigos são pertinentes, mas o artigo da Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal, bem mais carregado em seus efeitos era uma forma de estimular e suscitar nos sócios a necessidade de se alfabetizar e assim poder assumir cargos de importância na associação. Essas necessidades e os interesses próprios dos associados conduziram a demandas que iam além de bens materiais, gerando nos sócios o desejo de conquistar bens culturais. Tais interesses, acima de tudo, revelavam a necessidade que esses sujeitos tinham em elaborar soluções reais que acabavam por se constituir em estratégias viáveis de sobrevivência para si e para seus familiares que sobreviviam duramente ao mercado de trabalho, pois se a grande massa que chegava ao Rio de Janeiro sonhava com dias melhores, certamente não era o que a maioria encontrava.

Os portugueses residentes no Brasil, mesmo após longos anos, mantinham uma forte ligação com a terra natal, e chega a surpreender a quantidade de prendas que chegavam ao Brasil provenientes de Portugal. Não sabemos se isso se devia apenas a questão patriótica, a laços familiares ou se pela maciça propaganda negativa veiculada pelos jornais portugueses durante um longo período. O Jornal “O comércio” da cidade do Porto, uma das regiões que mais perdeu pessoas para o Brasil, em sua publicação de 02 de julho de 1859 afirmava que “os colonos que daí veem, trocam uma situação menos prospera por uma situação infeliz⁵²”. Acreditamos que isso tenha ampliado o

⁵⁰ Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia, 1862. Caixa 532, pacote 01, envelope 05, documento 26.

⁵¹ Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal, 1882. Caixa 559, pacote 01, envelope 02.

⁵² CRUZ, Maria Antonieta. Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6402.pdf>.

desejo em ajudar os seus conterrâneos que estavam em terras brasileiras, e com isso fizemos um levantamento de algumas prendas que chegaram ao Rio de Janeiro.

Relação de prendas provenientes de Portugal aos portugueses residentes no Rio de Janeiro

Lista de prendas provenientes de Portugal	
01	01 garrafa, 01 açucareiro, 02 copos de cristal.
02	Adereços de cabelo
03	Álbum de costumes bordado a missanga
04	Almofada de nobreza branca bordada a froco e seda
05	Boceta de linha de Guimarães
06	Caixa com 12 garrafas de vinho fino do Porto
07	Caixinha com perfumarias
08	Camisola de cambraia branca bordada para criança para criança
09	Carta misteriosa
10	Carteira borda a missanga
11	Chalé de algodão
12	Chapéu de sol de seda para homem
13	Coleção de músicas, “Hino ao Trabalho”, canto e piano
14	Despeja bolsos de cetim escarlata
15	Dois frascos para água de colônia
16	Estojo para costura
17	Flor de segredo
18	Flor marinha
19	Formas para sapato
20	Gorro de pano preto
21	Lenços de seda
22	Limpa penas em forma de borboleta bordado a ouro
23	Livros <i>A Viagem da Polônia</i> , pelo conselheiro Bastos
24	Maços de cadarço
25	Mala para viagens
26	Par de meias de seda para menino
27	Par de suspensórios de vidrilho para janela
28	Par de tamancos para homem
29	Par de tamancos para senhora
30	Pena de pato enfeitada com fio de prata
31	Porta relógio bordado a retros e contas
32	Pregadeira em forma de coração
33	Prensa de ferro para copiar cartas
34	Quadro com a fotografia do Porto
35	Quadro com S. Lázaro bordado a ouro e froco
36	Quadro com uma parreira
37	Quadro de três faces com os retratos de Suas Majestades Fidelíssimas
38	Ramo de flores artificiais em vaso de pedra ume
39	Romance de C. Castelo Branco, <i>Anos de prosa</i> .
40	Romance, <i>Na consciência</i> por A. C. Lousada.
41	Tapete bordado á chinesa
42	Tinteiro de porcelana
43	Travesseirinho

Quadro 3

Fonte: Relatório de prestação de contas da Associação Portuguesa de Beneficência referente a Maio de 1864 a Dezembro de 1865

A lista de 45 itens, não representa nem um terço do que encontramos, mas abrange os itens mais curiosos: travesseiros, toalhas, sapatos, vasos de flores, quadros, romances, frasco vazios de perfume, bordados, alguns inclusive a ouro, chapéus, utensílios para cabelo, pena de pato enfeitada, carta misteriosa, bebidas alcoólicas, entre outro.

A maioria das prendas era ofertada por senhoras, cerca de 80%, o que certamente refletia o elevado número de bordados e utensílios de confecção feminina. As prendas eram destinadas as instituições, que por sua vez as revendiam a preços muito superiores ao que realmente valiam, agregando a eles um valor simbólico por terem vindo de Portugal⁵³. A maioria dos itens eram coisas simples e relativamente baratas, acreditamos que isso se deva ao local de origem, regiões menos prósperas de Portugal, mas principalmente da cidade do Porto:

Relação de cidades de onde provinham as prendas.

Cidades	Quantidades
Braga	73
Caminha	12
Covilhã	33
Coimbra	12
Guimarães	37
Ilha do Funchal	01
Lisboa	03
Porto	600
Rio de Janeiro	275
Valença	21
Vianna	19
Vila Nova Cerveira	02

Quadro 4

Fonte: Relatório de prestação de contas da Associação Portuguesa de Beneficência referente a Maio de 1864 a Dezembro de 1865

A cidade do Rio de Janeiro também consta do relatório de cidades, pois muitos itens eram ofertados por brasileiros natos e portugueses mais abastados que residiam na

⁵³ Relatório financeiro da Sociedade Portuguesa de Beneficência de 15 de abril de 1866. Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 25.

Corte. As associações valorizavam esse tipo de doação quando proviam de brasileiros, pois embora a preocupação com a autonomia fosse uma constante em associações beneficentes, algumas brechas se abriam também a brasileiros natos.

Mesmo projetadas para portugueses e seus descendentes, as instituições previam em estatuto a entrada de brasileiros, respeitando alguns critérios especiais: posição social, doações e serviços prestados.

Art. 4º Os sócios são de quatro setores:

§1º Efetivos os portugueses das duas somas, de boa conduta, admitidos pela diretoria sob proposta de um sócio na qual se declarou o nome, residência, estado e emprego do proposto.

§2º Beneméritos todos aqueles que fizerem donativos ou serviços valiosos e úteis á conservação e aumento da Sociedade ficando isentos da respetiva oferta anual se assim se deliberar.

§3º Honorários os **brasileiros**⁵⁴, que estiverem no caso dos dois parágrafos anteriores⁵⁵.

Art. 10. As pessoas estrangeiras que pelo seu saber, posição ou dádivas generosas cooperem para o brilhantismo da Sociedade, precedida a nomeação, por proposta da Diretoria em sessão do Conselho, serão considerados Membros honorários da sociedade.

Art. 11 Os sócios e mais pessoas nacionais que prestarem á Sociedade serviços relevantes ou donativos valiosos, no dizer da Diretoria, ficarão isentos do pagamento de mensalidades, e serão considerados Sócios beneméritos⁵⁶.

Art. 9º Os cavalheiros estrangeiros⁵⁷, que, pela sua sabedoria, ofertas generosas ou serviços relevantes, concorrerem para a prosperidade da associação, serão nomeadas membros honorários precedendo a sua nomeação a proposta da Diretoria em sessão plena do Conselho⁵⁸.

Em alguns casos, brasileiros eram recebidos como membros honorários ou beneméritos, disfrutavam dos direitos a assistência, mas a eles era vetado deliberar e participar da diretoria da sociedade, reservando tais cargos a portugueses.

Cultivar o sentimento e a identidade português era uma prática constante, por isso nos referimos às associações como universos culturais paralelos coexistindo com a sociedade e cultura brasileira. Identificação social e memória são dois elementos

⁵⁴ Grifo nosso.

⁵⁵ Estatutos da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro, 1862. Caixa 531, pacote 03, envelope 01, documento 34.

⁵⁶ Estatutos da Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia, 1862. Caixa 532, pacote 01, envelope 05, documento 26.

⁵⁷ Embora possa abranger a diversidades das nacionalidades que existiam no Brasil, e principalmente na cidade do Rio de Janeiro, era comum portugueses se referirem a brasileiros como estrangeiros, isso em certa medida motivado pelo anti-lusitanismo que era uma realidade no Brasil do século XIX.

⁵⁸ Estatutos da Sociedade Portuguesa Amor a Monarchia, 1867. Caixa 543, pacote 02, documento 26.

intimamente ligados em qualquer sociedade principalmente na esfera das histórias de vida. Uma das principais diferenças de uma associação portuguesa para as demais modalidades de associativismo sem dúvida é a memória. A preocupação em preservar a memória do povo português era uma constante e era claramente estabelecida uma delimitação entre a nação brasileira da nação portuguesa, como pode ser vista, por exemplo, em carta encaminhada ao Conselho de Estado pela Sociedade Portuguesa Amor a Monarchia, onde se lê “[...] às Nações Brasileiras e Portuguesas, as quais foram compreendidas com entusiasmo”⁵⁹.

É comum considerarmos a memória um fenômeno individual, mas o sociólogo Maurice Halbwachs⁶⁰ aponta sua vertente coletiva. Halbwachs defende que a memória coletiva se distingue da memória individual e deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, construída coletivamente e propensa a flutuações e constantes mudanças. Michel Pollack em sua conferência Memória e Identidade social⁶¹, publicada na revista Estudos Históricos, 1992, aponta dois elementos constitutivos da memória individual e também coletiva: primeiramente os eventos vividos individualmente e, em segundo lugar, os eventos “vividos por tabela”. Esses eventos “vividos por tabela” são aqueles vividos pelo grupo, não exatamente vivenciado por todos. Os grupos portugueses reunidos em torno da memória de um monarca, de datas simbólicas ou mesmo de uma memória herdada da vida nas terras lusitanas marcava a grande maioria das associações. Se ponderarmos a data de fundação das associações com a data de reformulação dos estatutos para se adequar às novas exigências do Governo, podemos perceber que em inúmeros casos se trata da segunda geração de portugueses, ou seja, sócios que vivenciaram tais eventos “por tabela” e se tornaram herdeiros das memórias do grupo a que se sentiam pertencer.

Essas associações se converteram em verdadeiros espaços de memória e preocupavam-se em manter viva a memória portuguesa e recriar uma identidade lusitana numa sociedade onde as nacionalidades e as identidades disputavam espaço.

⁵⁹ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 543, pacote 02, documento 26.

⁶⁰ Sociólogo francês da escola Durkheimiana da primeira metade do século XX. Um dos seus principais trabalhos foi a tese sobre a vida dos operários, mas seu principal contributo foi o conceito de memória coletiva que aqui trabalhamos, memória esta que o autor aponta como algo compartilhado, transmitido e principalmente construído por uma determinada sociedade ou grupo.

⁶¹ Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Capítulo III
**A estruturação do mutualismo de imigração portuguesa na sociedade
brasileira**

Pode muito bem haver um exagero na dicotomia entre interesse próprio e altruísmo, pois nenhum mortal e nenhuma sociedade bem-sucedida podem prescindir do poderoso estímulo do interesse próprio. Os cidadãos da comunidade cívica não têm que ser altruístas. Mas na comunidade cívica buscam o que Tocqueville chama de “interesse próprio corretamente entendido”, isto é, o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é “esclarecido” e não “míope”, o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros.

Robert D. Putnam. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*.

Achando-se, pelas 5 horas da tarde, reunidos no salão do Hospital 95 sócios ativos, compreendidos todos os membros da diretoria e a maioria dos conselheiros mordomos e encarregado de Negócios de Portugal Joaquim António Gonçalves Macieira, ocupou a cadeira da presidência, declarou aberta a sessão, e mandou lêr a acta anteriormente a qual foi sem discussão aprovada.

Sobre o requerimento da Diretoria da sociedade Portuguesa de beneficência, pedindo autorização para continuar a funcionar e aprovação dos Estatutos.

Assignão os senhores Conselheiros d'Estado.

Marques de Olinda

Visconde de Sapucahy

José António Pimenta Bueno⁶²

Assim como muitas associações, a Sociedade Portuguesa de Beneficência procurou se adequar a legislação vigente. Fundada a 17 de Maio de 1840, a sociedade já contava com vinte anos de serviços prestados a cidadãos portugueses e seus descendentes. Em assembleia geral do dia 6 de Dezembro de 1860, sob o comando do Encarregado de Negócios de Portugal, Joaquim António Gonçalves Macieira, a necessidade de se adequar a nova legislação foi colocada em pauta. Atendendo ao convite feito nos jornais, noventa e cinco sócios se fizeram presentes, e após a leitura da ata da sessão anterior e da leitura de um ofício do Senhor Barão de Moreira declarando que não seria possível se fazer presente na referida reunião, o presidente abriu a sessão⁶³.

Declarando o presidente que o fim da presente reunião era, como se havia revelado nos convites pelos jornais, resolver em assembleia sobre o que dispõe o Decreto do Governo Imperial, número 2686 de 10 de Novembro de 1860, ou seja, se se

⁶² Sociedade Portuguesa de Beneficência, caixa 526, pacote 02, documento 19.

⁶³ Ata da assembleia geral da Sociedade Portuguesa de Beneficência e 02 de Dezembro de 1860. Caixa 526, pacote 02, documento 19.

deveria ou não impetrar ao Governo a aprovação dos estatutos ou dissolver a Sociedade. Depois de proceder à leitura do dito Decreto e de ponderar a conveniência da continuação da Sociedade e de se impetrar a aprovação dos estatutos a questão foi submetida á deliberação da Assembleia. Depois de ter sido longamente discutido pelo senhor António de Amorim, Francisco Alvares, Dr. Adolpho Manoel Victorio da Costa, Henrique Pereira Leite Bastos e António Sá Mendes Campos, o objeto principal da reunião, o estado e as circunstâncias da Sociedade, foi, a requerimento do Senhor Dr. Victorio, consultada a Assembléia se desejaria resolver de imediato a questão ou adiar a decisão para os primeiros dias do mês seguinte. Sem muita exitação os sócios resolveram por grande maioria que se decidisse de imediato e, em seguida, foi plenamente aprovada que se submetesse ao Governo Imperial a aprovação dos estatutos.

António de Amorim propôs que o Conselho deliberativo firmasse em seus estatutos as reformas que julgasse conveniente antes de se submeter os mesmos à aprovação do Governo Imperial. Resolvido o assunto para o qual havia sido convocada a assembleia o Presidente Joaquim António G. Macieira encerrou Sessão.

Analisando a documentação no Fundo do Conselho de Estado encontramos na integra o requerimento da Sociedade:

Senhor

A diretoria da sociedade Portuguesa de Beneficencia, fundada na cidade em 17 de Maio de 1840, para socorrer a seus concidadãos e suas viúvas e filhos, vem em observância das disposições que lhes dão relativas, da lei nº1083 de 22 de Agosto deste ano, e do decreto nº2686 de 10 do corrente ano, depois de ter, na forma do artigo 55 dos respectivos esta resolvida a continuação da mesma sociedade vem mui respeitosamente pedir como P. a V. Magestade a aprovação dos seus estatutos que junta em duplicata.

E.R.M^a.

Rio de Janeiro 24 de Novembro de 1860⁶⁴

Este cenário tornou-se cada vez mais freqüente devido a mudanças na legislação. Estatutos eram submetidos ao Conselho de Estado e aguardavam a aprovação do Governo depois de minuciosa análise. Este procedimento complexificou o funcionamento interno das sociedades, e no caso específico da Sociedade Beneficente Portuguesa o despacho foi o seguinte:

⁶⁴ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 526, pacote 02, documento 19.

Senhor

Vossa Magestade Imperial foi favorável que a Secção de Negócios do Império do Conselho D'Estado consultasse com seu parecer sobre o requerimento da diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência que pede autorização para continuar e aprovação de seus estatutos.

Sendo convocada a Assembléia Geral dos sócios para deliberar sobre sua continuação, em conformidade do Decreto Nº2686 de 10 de Novembro do ano passado, resolveu ela afirmativamente, como consta da ata junta ao requerimento por cópia, e por isso pede a Diretoria que sejam aprovados os estatutos que estão assinados por ela⁶⁵.

Caso fosse constatada alguma disparidade entre a legislação e os estatutos, ou algo que levasse a tal entendimento, os estatutos eram geralmente aprovados com algumas ressalvas e orientações específicas eram enviadas a diretoria da sociedade no sentido de se sanar tais situações, pois tudo deveria estar em conformidade com a legislação vigente.

Encaminhados os Estatutos, a Secção não encontra objeção nenhuma, tendo só de fazer as seguintes observações:

Art. 1º Administrada a Sociedade por uma Diretoria de sete membros, e por um Conselho deliberativo de 33 membros, **e autorizado este último a reformar os estatutos**⁶⁶, ou adicionais quando seja mister⁶⁷.

De acordo com o parecer do Conselho de Estado de 07 de Janeiro de 1861, a cláusula a cima grifada levava ao entendimento que quando constituída a sociedade ela teria total independência de quaisquer autoridades e, por este motivo, deveria ser modificada com a declaração de que todas as alterações que fossem registradas nos estatutos deveriam ficar condicionadas da aprovação do Governo.

Parece, pois à Secção que os Estatutos podem ser aprovados. Vossa Magestade Imperial Resolverá como melhor parecer. Sala das Conferências da Secção dos Negócios do Império do Conselho D'Estado em 07 de Janeiro de 1861.

Assignão os senhores Conselheiros d'Estado.

Marques de Olinda

Visconde de Sapucahy

José António Pimenta Bueno⁶⁸

⁶⁵ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 526, pacote 02, documento 19.

⁶⁶ Grifo nosso.

⁶⁷ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 526, pacote 02, documento 19.

⁶⁸ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 526, pacote 02, documento 19.

Embora existisse um controle rigoroso por parte do Estado e em certa medida uma ingerência excessiva do governo na vida associativa manifesta na pretensão de controlar as esferas econômicas, sociais e institucionais das associações, é possível perceber um papel positivo e determinante do Estado na vida das agremiações. De modo geral, existia uma boa relação entre Estado e associações portuguesas, o que na prática significava menos conflito, mas não a inexistência de momentos de tensão entre as partes. A relação entre as instituições portuguesas e o Estado abrangia essencialmente três universos distintos, o econômico, o social e o político. No que tange ao âmbito econômico, o controle era rigoroso, principalmente com a chegada do Decreto 2.711 de 19 de dezembro de 1860 que entre outras coisas previa que parte do capital das instituições fosse depositada em bancos públicos. Era exigência também que se declarasse ao Governo a probabilidade de sucesso e tempo dentro do qual seria organizada a sociedade, além de inventários anuais. Mesmo com este controle rigoroso do Governo a maioria das sociedades ainda possuía títulos públicos, o que em certa medida demonstrava a confiança das associações nas instituições estatais. As sociedades Memória ao Marquês de Pombal e Amor à Monarquia são exemplos dessa condição:

Art. 27º Ao tesoureiro compete:

§3º Recolher em conta corrente com a associação, a um banco garantido pelo governo imperial e designado pela administração, as quantias que receber, empregando-as posteriormente em apólices da dívida pública mediante ordem; cumprindo-lhe reservar sempre **um conto de reis** para as despesas da associação⁶⁹.

A Sociedade Portuguesa Amor a Monarquia por sua vez previa que a receita da sociedade seria composta “do juro do dinheiro disponível, que será posto a render em lugar de segurança⁷⁰”, referindo-se aos bancos públicos. Fato curioso nos estatutos da mesma instituição é o Capítulo 9º sobre as disposições gerais que previa o seguinte:

Art. 31º A Sociedade fará anualmente três representações teatrais, sendo duas em benefício e uma em festejo.

§1º A 1ª receita (o líquido) será dividido em duas partes, sendo uma destinada para o asilo ou qualquer instituição brasileira que o Exmo. Ministro do Império designar; a outra um estabelecimento ou sociedade puramente de beneficência, portuguesa, que a diretoria escolher.

⁶⁹ Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal, 1882. Caixa 559, pacote 01, envelope 02.

⁷⁰ Artigo 2º, §3, capítulo referente ao Patrimônio e receita da Sociedade. Sociedade Portuguesa Amor a Monarchia, Caixa 543, Pacote 02, Documento 26.

§2º A 2ª receita será em favor da Sociedade.

§3º A 3ª receita será gratuita para os sócios, e em festejo ao aniversário natalício de S. M. F. o Sr. D. Luiz 1º⁷¹.

O que chama atenção neste caso é o fato de a associação disponibilizar ao Estado recursos para auxiliar uma instituição brasileira ou asilo a escolha do ministro do Império, auxiliando assim o Estado em suas práticas sociais.

Como uma forma de articulação política e prestígio, algumas agremiações contavam com figuras ilustres da sociedade carioca em seu rol de membros, como por exemplo, o Consul de Portugal, Barão de Wildich, sócio honorário da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Era comum a presença de políticos e figuras do Governo nas associações, sendo considerados como benfeitores por suas generosas doações ou até mesmo honorários, por sua influência política. Sendo assim, o Estado não representava apenas um ente superior repressor, como muitos pensavam, ele adquiriu também a função de mediador entre sócios e associações e refletia a preocupação dos conselheiros no que tange ao capital social das instituições.

O parecer do Conselho de Estado à aprovação dos estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal, datado de 22 de Fevereiro de 1882 demonstra claramente as preocupações dos conselheiros, principalmente com possíveis abusos e erros de interpretação dos estatutos.

Mandou Vossa Majestade Imperial por aviso de 19 de Janeiro próximo findo que a Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado consultasse com o seu parecer sobre a aprovação dos estatutos da sociedade “Socorros Mútuos Marques de Pombal”.

A E. Diretoria da Secretaria d’Estado informa o seguinte:

“Fundou-se nesta Corte em 29 de Junho de 1881 com a denominação de – Socorros Mútuos Marquês de Pombal – uma Sociedade anônima, cujos estatutos a respectiva Diretoria submete à aprovação do Governo Imperial”.

[...] **10ª** Eliminar o §. 5º do art.42, em vista do que proponho na modificação 6ª, e dar outra redação ao §. 6º do mesmo artigo de modo a dar recurso para a assembleia geral aos sócios que injustamente forem privados dos socorros.

11ª Suprimir o §. 11 do mesmo artigo

12ª No §. 15 do mesmo artigo deve acrescentar-se depois da palavra – justiça – sempre com recurso para a assembleia geral e também para o Governo Imperial no caso de violência ou de errada interpretação de estatutos.

[...] **14ª** No art. 65 depois das palavras – perde o direito – deve acrescentar-se – salvo se por qualquer circunstância justificável não o tenha podido fazer nesse prazo.

⁷¹ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 559, pacote 01, envelope 02.

15ª No art. 72, depois da palavra - viúvas diga-se: ou filhos dos sócios falecidos.

[...] No art. 49º depois da palavra – Banco público – acrescente-se – da escolha do Conselho.

A razão é óbvia.

No Art. 58 depois das palavras – que prove estar quite com a sociedade – acrescente-se – e que tem falha de recursos.

No art. 61 depois das palavras – que prove estar quite a sociedade – acrescente-se – e que tem falha de recursos.

No art. 62º depois da palavra – falecendo – acrescente-se – no estado de pobreza.

O adiamento a estes últimos artigos, aliás, compreendido na razão e fim destas associações é conveniente para estes abusos que se tem dado em outras sociedades identificadas, em que por falta dessa declaração expressa os sócios têm pretendido receber recursos, embora não sejam necessitados.

Feitas estas emendas e algumas de redação indicadas nos próprios estatutos é a Secção de parecer que podem eles ser aprovados.

Vossa Majestade Imperial, porém resolverá como achar mais acertado. Sala de Conferência da Secção dos Negócios do Império do Conselho d'Estado em 22 de Fevereiro de 1882.

José Catarro de Andrade Pinto
Visconde de Bom Retiro
Martim Francisco Ribeiro de Andrade⁷²

Essas medidas, presentes em todos os pareceres do Conselho evidencia o controle, em certa medida positivo do Estado sobre as instituições. A preocupação com os sócios se torna evidente, tanto em termos financeiros como em questão de garantia de direitos. Nesse contexto pudemos perceber por meio da documentação analisada uma forte tendência dos sujeitos daquela sociedade a apostar no Estado como nivelador dos indivíduos,

Ou seja, muitas vezes, provavelmente, nas mentes de seus idealizadores, as atas e os estatutos que endossavam os pedidos de autorização para funcionamento das associações não constituíam um mero dever de prestação de contas ao Conselho de Estado, em contrapartida do direito legítimo de organização. Ao contrário, as atas, principalmente, pareciam concretizar súplicas direcionadas a um Estado que podia tudo diante dos homens livres pobres, e que, na mente da maioria das pessoas comuns, se confundia com a própria figura do imperador⁷³.

⁷² Parecer do Conselho de Estado aprovação dos estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos Memória ao Marquês de Pombal, de 22 de Fevereiro de 1882. Caixa 559, pacote 01, envelope 02.

⁷³ Jesus, Ronaldo P. de. Visões da Monarquia: Escravos, operários e abolicionismo na corte. Belo Horizonte, Argymentvm, 2009.

Naquela ocasião várias ações foram encaminhadas ao Conselho de Estado por pessoas que de algum modo se sentiram lesadas ou prejudicadas em suas respectivas associações. Caso curioso foi o de Francisco Bento Alexandre de Figueiredo Magalhães, membro da Sociedade Portuguesa de Beneficência no Rio de Janeiro⁷⁴. Acusado de conduta imprópria, Francisco foi sentenciado pelo Conselho Deliberativo da referida sociedade a pena de exclusão. A documentação datada de 13 de Julho de 1875 não especifica claramente qual seria a conduta imprópria de Francisco, mas o que chama atenção nesse caso é o fato de Francisco Magalhães ser médico cirurgião. Assim como ele, outros três médicos receberam a mesma punição, mas os referidos processos não foram localizados. Embora não tenha sido possível precisar a data em que o Dr. Francisco ingressou ao rol de membros da Sociedade Portuguesa de Beneficência, a documentação dá a entender que era o sócio a um largo período, e atuava como médico adjunto no hospital São João de Deus, da mesma instituição, já havia cinco meses e, como médico, desfrutava de posição de destaque como previa o artigo 6º dos estatutos da associação.

Art. 6º A Sociedade admitirá também sócios privilegiados, benfeitores e honorários, entrando na 1ª classe as esposas e viúvas dos sócios e suas filhas maiores que pagarem mensalidades; na 2ª os portugueses que fizerem á Sociedade um donativo nunca menor de 100\$000 RS, e os que na qualidade de médicos, cirurgiões e boticários, lhe prestarem os seus serviços gratuitamente: e na 3ª os portugueses que, ainda sendo naturalizados em pais estranho, lhe fizerem serviços que mereçam essa prova de gratidão. “Nenhum destes, porém, terá ingerência nas deliberações⁷⁵.”

Dr. Francisco alegava se sentir injuriado e injustiçado pela diretoria da sociedade. Francisco afirmava que sua exclusão do rol de membros havia sido irregular, injusta e violenta. Inicialmente o médico recorreu à própria sociedade e aos demais membros no sentido de reverter a decisão do Conselho Deliberativo. Sendo, porém malogrados todos os esforços empregados pelos interventores que buscaram promover a reintegração do suplicante, em cujo número entrou o próprio Consul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Barão de Wildich, Francisco solicitou a Diretoria que submetesse seu pedido ao parecer de uma assembleia geral daquela associação, pedido este também negado. Esta disputa persistiu por mais de três anos, chegando mesmo ao tribunal judicial, de onde também o médico não obteve sucesso. Cansado de ver tantas portas se

⁷⁴ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, Pacote 02, Envelope 02, Documento 12.

⁷⁵ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 12.

fecharem, o cirurgião apelou diretamente a Seção do Conselho de Estado, em quem acreditava ser capaz de solucionar injustiças, não só por sua inteligência e poder, mas por sua benevolência e imparcialidade.

Distendido por parte da Diretoria pelo modo que mostra o argumento nº 10 ainda assim não pelo presidente ou vice-presidente, mas por um dos secretários, e advertido pelos sucessos sobrevivendo no correr do processo intentado no juízo criminal, reconheceu o suplicante que o competente e único juiz de sua causa é Vossa Majestade, perante o qual vem trazer a sua petição e as provas que a justificação, certa de que encontrará a sábia e reta justiça do Monarca, que por sabedoria e retidão conquistou o alto conceito que o distingue em todo o mundo civilizado.⁷⁶

Em seu relatório apresentado a Seção do Conselho de Estado, o suplicante assinala seis pontos que ele considerava irregulares:

- 1º Ter sido aleivosamente considerado incurso nas penas infamantes dos artigos 5º e 51º dos Estatutos.
- 2º Ter sido o Conselho Deliberativo, para quem recorreu da decisão da Diretoria, composta de membros adrede escolhidos para conformarem aquela deliberação que taxa de iniqüa, tomando parte nela os membros da mesma Diretoria.
- 3º Ter sido prejudicado em seus direitos de cirurgião adjunto e substituído por outrem que não era sócio.
- 4º Não poder um sócio ser excluído senão depois de julgada desonesta a sua profissão e mau o seu comportamento pelo juízo criminal do Império e não da diretoria.
- 5º Não estar a diretoria nem o Conselho deliberativo legalmente constituídos quando se tratar da sua eliminação.
- 6º Ter-se lhe recusado a convocação extraordinária da assembleia, para quem apelar da decisão do Conselho⁷⁷.

Por sua vez, o conselho deliberativo da sociedade Portuguesa de Beneficência, em carta encaminha a Seção do Conselho de Estado, se defendeu alegando que:

- 1º A nomeação de médicos adjuntos não dá direito de preferência a estes, quando tenham de ser nomeados ou efetivos; a que eles prestem serviços gratuitos e somente são admitidos em circunstâncias

⁷⁶ Carta encaminhada a Secção do Conselho de Estado pela 2ª diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência como resposta a alegada violação ou inobservância dos Estatutos da Sociedade no prazo de quinze dias. Carta datada de 29 de fevereiro de 1876, quase um ano após o início do processo. Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 12.

⁷⁷ Os artigos 5º e 51º mencionados no relatório previam que: **Art. 5º** Serão sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência os Portugueses que tiverem ocupação honesta e bom comportamento, que forem legalmente admitidos. **Art. 51.** O sócio que se ausentar só será debitado pelas mensalidades até a quantia de 36\$000 réis; quando deva esta soma será considerado como excluído, mas poderá tornar a ser admitido com aprovação da diretoria, pagando o que dever, e ficando toda via compreendido nas disposições do art. 2º. Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 12.

extraordinárias: não houve, portanto, violação de direito algum do queixoso; e a **eliminação de médico adjunto foi motivada por um protesto inconveniente, feito e publicado nos jornais por ele e mais três médicos portugueses que tiveram a mesma pena.**

2º A eliminação do sócio foi motivada pela maioria por unanimidade de votos deliberou, fundando-se em ser mau o seu comportamento social⁷⁸.

Alguns pontos importantes podem ser destacados nestas duas cartas. Primeiramente a ação dos médicos em tornar pública a sua insatisfação com a publicação de seu protesto em jornais, algo sofisticado e que demonstra o caráter político dos associados. Em meio a toda a complexidade das instituições portuguesas, é nítida a ideia de igualdade ou de participação igualitária naquele que era um sujeito plural. O médico recorre primeiramente a sua comunidade na tentativa de ela mesma fazer justiça à injustiça que ele acreditava ter sofrido, pois existiam efetivamente relações horizontais de reciprocidade e cooperação entre os associados. Chegaria a ser um contrassenso se ele agisse de modo diferente, pois se a associação buscava captar os ecos dos problemas sociais impostos aos portugueses pela sociedade carioca, como ela mesma poderia abandonar um sócio a própria sorte?

Podemos entender as associações portuguesas, e não só, como verdadeiras sociedades cívicas, a semelhança da “comunidade cívica” que Robert Putnam assinala em seus estudos da origem da democracia na Itália como sendo um dos principais mentores do processo de democratização. Putnam assinala a comunidade cívica como o lugar onde os cidadãos buscam o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais.

Putnam entende que inúmeras estruturas e práticas sociais congregam e reforçam as normas e os valores da comunidade cívica, nomeadamente as sociedades beneficentes que favorecem a incorporação de hábitos de cooperação, de solidariedade e de espírito público, ou seja, de uma cultura cívica, o que pode colaborar para a eficácia de um governo democrático. Não é necessário que a associação tenha fins ou um caráter político, pois a simples participação em uma sociedade de qualquer gênero desenvolve o espírito de colaboração, a autodisciplina e o mais importante, o “senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos”⁷⁹. Por outras palavras, Vitor Fonseca afirma que,

⁷⁸ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 12.

⁷⁹ Putnam, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 104.

As associações funcionam muito frequentemente como grupos de pressão por mudanças e são um *locus* especial para o exercício da cidadania. Ao mesmo tempo em que elas, por meio de normas criadas internamente, educam seus membros para a ação democrática, regulando o seu funcionamento, definem regras para o exercício do voto, periodicidade de assembleias e formas de participação, com a sociedade em geral e com o Estado, que, nos casos de sociedades fundadas a partir de critérios de nacionalidade, pode ser o de origem e o de existência concreta, o brasileiro⁸⁰.

Logo, pressupomos que nas sociedades em que predomina uma cultura associativa, como a do Rio de Janeiro, há maiores possibilidades de estabelecimento de relações menos verticais de poder, pois “diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do Governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade”⁸¹.

O inverso também acontecia, pois o Estado contribuía para a eficácia das associações além de promover a estabilidade das instituições, pois quando se acredita que as associações cívicas não cumprem seu papel, o Estado, por sua vez é chamado como interventor e mediador, assim como aconteceu com o Dr. Francisco Magalhães. Ao ser chamado pelo Conselho de Estado a se explicar, a Sociedade portuguesa rebateu as acusações em longo parecer, afirmando que aquela tinha sido uma decisão tomada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo, e se defendia afirmando que o protesto em jornais teria sido inconveniente, e por este fato o suplicante teria sido eliminado do cargo de médico adjunto, aliado ao seu mau comportamento social e civil. De acordo com a Sociedade, o médico fora chamado a prestar serviços no hospital da instituição devido a um surto de febre amarela que havia acometido a cidade em Fevereiro de 1875, e, receosa que ela atingisse proporções ainda maiores, a diretoria do hospital chamou provisoriamente, mediante gratificação, os três médicos que posteriormente foram expulsos. A dada altura, não se sabe por qual motivo, os três médicos portugueses foram substituídos por médicos brasileiros, fato este que desencadeou todo o problema. Indignados pelo fato de serem substituídos por médicos brasileiros, promoveram um manifesto, encabeçado por Francisco Magalhães, coletando assinatura de médicos portugueses residentes na corte, no sentido de manifestar seu descontentamento.

⁸⁰ Fonseca, Vitor Manoel M. da. **No Gozo dos Direitos Cívicos**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: FAPERJ, Arquivo Nacional e Muiiraquitã, 2008, p. 14.

⁸¹ Putnam, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.103.

Inicialmente a diretoria limitou-se a eliminar o nome de Francisco Magalhães do quadro de médicos adjuntos daquela sociedade, bem como os demais três signatários do protesto que dele fariam parte. A questão tornou-se numa verdadeira queda de braço entre o médico e a associação.

A 31 de Maio de 1875, o médico fez publicar no “Jornal do Commercio”, principal jornal da época, o notório protesto que, de modo geral declarava ser um atentado a nomeação de médicos brasileiros, chamando-os de estrangeiros e repelindo-os como tal por ser incompatível com o serviço da Sociedade Portuguesa de Beneficência. A sociedade entendeu que o médico procurava, à sombra de tão estranhável insinuação, semear a discórdia entre os sócios, e alienar da Sociedade as simpatias dos nacionais, o que não deixou dúvidas quanto a necessidade da exclusão do sócio.

O requerente, porém, que logo em seguida ao protesto viera á imprensa *assoalhar*, segundo a sua própria expressão, o pretendido conflito, em que se dava por protagonista, em tais termos o fez, tão baixo rastejou a discussão numa série de artigos, eivados de insinuação e injúrias, que a Diretoria, por dignidade e interesse da Sociedade Portuguesa de Beneficência, entendeu sujeitar o requerente a todo o vigor dos Estatutos, e julgando mau o seu comportamento social, excluiu-o e cassou lhe por unanimidade a sua qualidade de sócio em vista da disposição do art. 51, em sessão de 13 de Junho, como melhor e mais circunstancialmente consta da respetiva ata⁸².

Essa questão causou um profundo mal estar entre a associação e o Estado, gerando grande tensão entre as partes, o que provavelmente influenciou no julgamento do Conselho de Estado datado de 02 de Novembro de 1877, parecer este bastante duro, tanto para o médico quanto para a associação. Primeiramente a Secção do Conselho de Estado discordou completamente da opinião do médico que considerava os membros da diretoria suspeitos por tomarem parte na decisão do recurso interposto ao conselho deliberativo acerca da eliminação do Dr. Figueiredo Magalhães que a reputava como causa própria. Em contra partida, a Secção chamou de incompetência o fato de a associação confundir em um mesmo corpo os membros da diretoria e do conselho deliberativo. Segundo os estatutos da Sociedade, datados de 1855, as funções da diretoria e do conselho deliberativo eram bem distintas como se pode ver nos seguintes artigos:

⁸² Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 12.

Da administração da Sociedade:

Art. 26. O Governo da Sociedade reside em uma diretoria de sete membros, e em um conselho deliberativo composto de trinta e três.

Do conselho deliberativo

Art. 27. Haverá um conselho deliberativo, composto dos dois membros natos (§ seguinte), dos sete membros da diretoria, e de mais vinte e quatro conselheiros mordomos eleitos pelo corpo eleitoral.

§I. São membros natos do conselho deliberativo, uma vez que sejam sócios ativos, o encarregado de negócios de Portugal no Império do Brasil, quer seja ordinária quer extraordinária a sua missão, e o cônsul geral da mesma nação nesta corte.

[...]

Da diretoria

Art. 31. A diretoria será composta de sete membros, a saber: um presidente, um vice-presidente, um 1º e 2º secretário, um síndico e um administrador de beneficência.

Art. 32. Os dois membros natos poderão entrar nas deliberações da Diretoria, e terão voto.

Art. 33. A diretoria compete:

§I. Velar na guarda dos Estatutos e regulamentos da Sociedade.

§II. Tomar todas as medidas convenientes para se conseguir o fim da Sociedade.

§III. Organizar os regulamentos da Sociedade e dos estabelecimentos que criarem, sendo depois aprovados pelo conselho deliberativo: e regular a prática da beneficência em todos os seus ramos.

§IX. Providenciar todos os casos ocorrentes que não estejam clara e distintamente marcados nos estatutos e regulamentos⁸³.

Embora a Secção do Conselho de Estado tenha dado parecer favorável quanto a interpretação dos Estatutos por parte da associação, a Secção devolveu as emendas propostas pela associação afirmando serem irregulares. Lembrando que toda a história teve início dois anos antes, chega a impressionar a quantidade de protestos remetidos ao Conselho de Estado, que só por parte do médico chegaram a vinte e um⁸⁴, sem contar os da diretoria da associação. O tom utilizado pelo Conselho de Estado se altera consideravelmente ao se referir a essa questão, afirmando que:

É inegavelmente o direito que compete ao Governo de fazer observar os Estatutos das Sociedades, que não podem funcionar sem a sua aprovação e, nos casos de manifesta violação, as leis têm providenciado sobre o modo de fazer cumprir aquelas disposições. O que, porém a Seção jamais tem admitido é que o Governo intervenha, como tribunal de recurso, para conhecer dos atos praticados pelas Sociedades na esfera de suas atribuições, seja bom ou mau o uso que façam delas. Sempre que tal ideia tem sido proposta pela 2ª Diretoria,

⁸³ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 12.

⁸⁴ Parecer do Conselho de Estado, 1877. Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 12.

a Seção a tem rejeitado, como devem dar testemunho diversas consultas, em que deste assunto se tem tratado, e supérfluo é reproduzir aqui os argumentos apresentados. Se a tanto devesse estender-se a seção do Governo, se fosse ele o reparador de injustiças praticadas pelas sociedades, perguntará a Seção = se a uma viúva de sócio a quem compita uma pensão, for esta negada por não ser honesto o seu procedimento, como preceituam muitos Estatutos, o Governo receberá o recurso dessa deliberação para decidir se a viúva é ou não honesta?

Do mesmo modo se um sócio for excluído e a sua eliminação aprovada pela própria assembleia, deverá o Governo intervir para que continue sócio aquele que os associados rejeitam? As decisões das assembleias em tais matérias não afetam a honra, nem os direitos civis, porque deles se não trata, nem é possível confia-los ao capricho das maiorias de uma sociedade. Assim, pois a Secção entende que a solução do negócio, que faz objeto da presente consulta, reduz-se, a saber, se a Diretoria e o Conselho Deliberativo tinham competência para praticar o ato arguido de ilegal e vexatório⁸⁵.

O Conselho de Estado deixa bem claro que existe uma separação entre o domínio das associações e os domínios do Governo e, como tal não competia ao Governo tomar partido em questões internas e muito menos servir de tribunal de recurso. Neste mesmo parecer a Secção afirma que era a primeira vez que era ouvida sobre tal questão, mas o que realmente havia atraído a atenção do Conselho de Estado, naquela situação, fora o fato de o médico invocar irregularidades na aplicação dos Estatutos que era a principal preocupação do Conselho de Estado. O curioso é perceber a ousadia da associação em contestar continuamente os pareceres do Conselho de Estado, se recusando a reintegrar o médico a agremiação, o que mostra a capacidade de articulação política da associação.

A Sociedade portuguesa de Beneficência era uma associação bem estruturada, e contava na altura quase 10 mil associados e um importante hospital, segundo os relatórios encaminhados a assembleia geral e ao Conselho de Estado, por outras palavras, não era uma simples associação, e parece pouco provável que toda essa articulação política possa ser estendida as demais associações portuguesas. Tal era o grau de organização da sociedade que possuía até mesmo apólices da dívida pública do Governo e um elevado número de ações do Banco do Brasil, medidas essas que visavam equilibrar o caixa da associação.

Sendo assim, esta instituição era uma das mais importantes do Rio de Janeiro e detinha uma grande influência política. Em tom conclusivo, o parecer do Conselho de Estado reconheceu a liberdade que o médico tinha de exprimir livremente os seus

⁸⁵ Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02.

pensamentos através da imprensa, mas ao mesmo tempo, entendeu que houve excessos e isso comprometia o crédito da associação, como entendeu a diretoria, e que tal situação fazia reviver questão odiosa e só própria para excitar paixões, como a de nacionalidade, que segundo o Conselho de Estado era quase extinta. E quanto a sociedade, o Conselho de Estado recomendou que decisões como as de exclusão de sócios deveriam estar a cargo da assembleia geral e não apenas nas mãos da diretoria e conselho deliberativo, pois do bom ou mau uso que a administração fizer, deve ser juiz a assembleia geral, em quem se deve ao menos supor a necessária imparcialidade.

De ordinário nestas questões o capricho predomina de parte a parte, e convém que a autoridade se conserve alheia a elas, para limitar a sua ação a fiscalizar o cumprimento das leis, que as regulam. O exame dos documentos junto ao aviso mostra que há nesta questão negócio de capricho: a Diretoria, como neles se observa, estará disposta a reintegrar o queixoso nos direitos de sócio, uma vez que lhe fosse por ele dada uma satisfação. Interveio neste negócio, além de outros, o Consul Português, mas como este mesmo declara, desistiu de seu intento, porque de par com a satisfação exigiu o queixoso ser reintegrado no emprego de médico adjunto, para deste modo habilitar-se a substituir um dos efetivos que se preparava para ir á Europa. **Já se vê, portanto, que se de uma parte houve inteligência duvidosa de um dos artigos dos Estatutos, da outra há capricho, a que a diretoria repugna anuir.** Em tais circunstâncias convém medir o alcance de qualquer solução, e não uma das partes inteiramente á outra⁸⁶.

Não sabemos efetivamente se o médico foi reintegrado à associação, mas o parecer do Conselho de Estado, datado de 1878, dava ganho de causa ao médico e ordenava que o mesmo fosse imediatamente reintegrado à agremiação, sob pena de ser dissolvida a sociedade. Mas o último documento do processo, datado de Janeiro de 1879, quase um ano depois, era um requerimento do médico comunicando ao Governo que ainda não havia sido readmitido.

Este caso evidencia o quão influente poderia ser uma associação portuguesa na sociedade carioca, embora não fosse uma regra geral para as demais sociedades beneficentes. O caso do médico Francisco perdurou por quase quatro anos e mesmo o Conselho de Estado tendo determinado sua reintegração, a sociedade se recusava terminantemente a acatar a decisão da justiça, o que nos levou a analisar mais

⁸⁶ Grifo nosso. Fundo do Conselho de Estado: Caixa 555, pacote 02, envelope 02.

atentamente como se estruturava a Associação Portuguesa de Beneficência no Rio de Janeiro.

A documentação da referida instituição foi a mais completa e a mais organizada que encontramos no Fundo do Conselho de Estado no Arquivo Nacional, pelo menos das que correspondem ao nosso recorte temporal. Segundo o relatório de contas, em 1865 a associação contava exatamente 9873 sócios, um número extremamente elevado, em consideração às demais instituições. Sua joia de entrada havia aumentado de 60\$000 réis para 80\$000 réis, valor relativamente alto se considerarmos uma média geral entre 20\$000 e 30\$000 réis praticada pelas demais sociedades⁸⁷. O relatório que tivemos acesso é referente ao período de 01 de Abril de 1864 a 31 de Dezembro de 1865, quase dois anos, e foi apresentado pela segunda diretoria da associação. Já com 25 anos de serviço, o caixa da sociedade se estruturava da seguinte forma:

Caixa da Associação portuguesa de Beneficência: Entradas e rendimentos

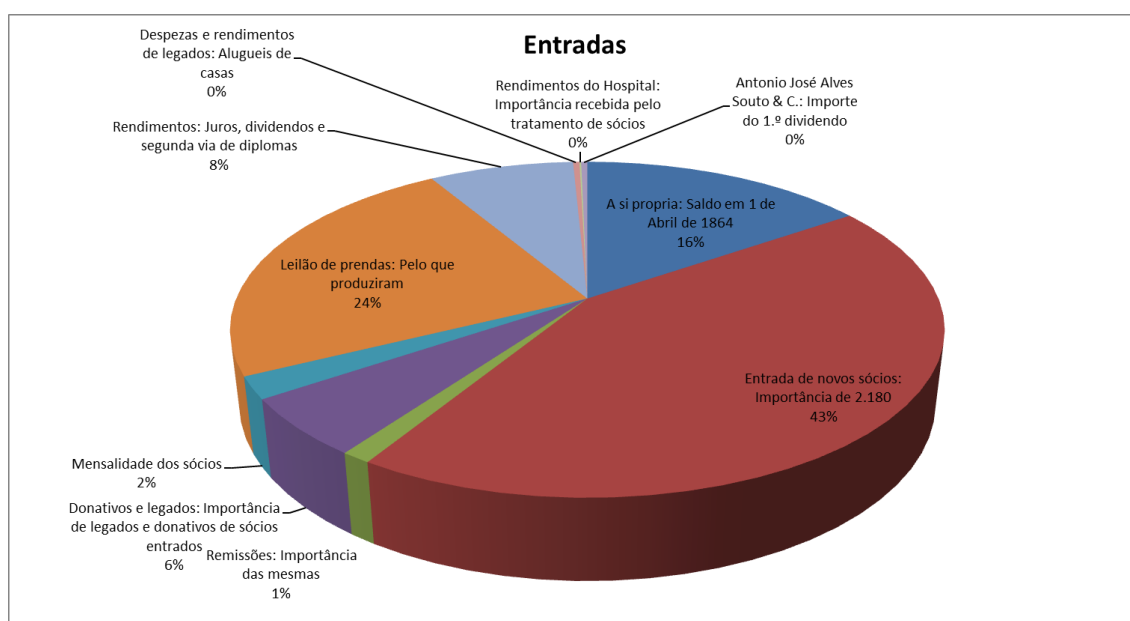


Gráfico 7

Fonte: Relatório de prestação de contas apresentado em assembleia geral da Instituição referente ao período de 01 de abril de 1864 a 31 de Dezembro de 1865.

Embora o gráfico seja específico de uma associação, ele retrata bem como se estruturava as finanças das mutuais portuguesas. O que mais chama a atenção neste gráfico é o baixo percentual de mensalidades que representava apenas 2% das entradas

⁸⁷ Lacerda, David. **Solidariedades entre ofícios**: A experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882). Dissertação de mestrado. UNICAMP: Campinas, 2011. p.107

do caixa da instituição. Embora as mensalidades fossem critério indispensável para a permanência em qualquer instituição, nem sempre elas sustentavam efetivamente as associações e, menos ainda, as remissões, que neste caso específico representavam apenas 1% das entradas. A economia das instituições se assentava basicamente em três pilares: os leilões, juros de investimento e as joias de entrada de novos sócios, que no caso da Sociedade Portuguesa de Beneficência representava 43% das entradas. As joias eram de tal importância que instituições como a Sociedade Portuguesa Amor a Monarquia, no Artigo 7º dos seus estatutos previa que, “os sócios que proporem 30 membros para a Sociedade, e aqueles que prestarem serviços ou fizerem donativos valiosos no entender da Diretoria, ficarão isentos do pagamento de mensalidades, sendo considerados Sócios Beneméritos”⁸⁸.

Os leilões de prendas vindas de Portugal e de doações recebidas no Brasil representavam também uma significativa parcela dos lucros das instituições e os relatórios confirmam um leque variado de doações. Ao mesmo tempo em que demonstra um vínculo muito acentuado com Portugal, as doações também refletem o prestígio da associação na Corte, de onde provinham inúmeras doações, inclusive de brasileiros natos.

O universo econômico das mutuais era simultaneamente complexo e sofisticado e para que se tornasse economicamente viável, além do número de sócios, certas estratégias tornavam-se necessárias. Com isso a diversidade de investimentos chega a surpreender, entrando na soma itens como casas para aluguel, ações de importantes bancos, apólices da dívida pública, dividendos de massa falida, entre outras aplicações como evidencia o seguinte gráfico:

⁸⁸ Sociedade Portuguesa Amor a Monarquia, 1867. Fundo do Conselho de Estado: Caixa 543, pacote 02, envelope 02, documento 26. Arquivo Nacional, RJ.

Despesas e principais aplicações da Associação portuguesa de Beneficência

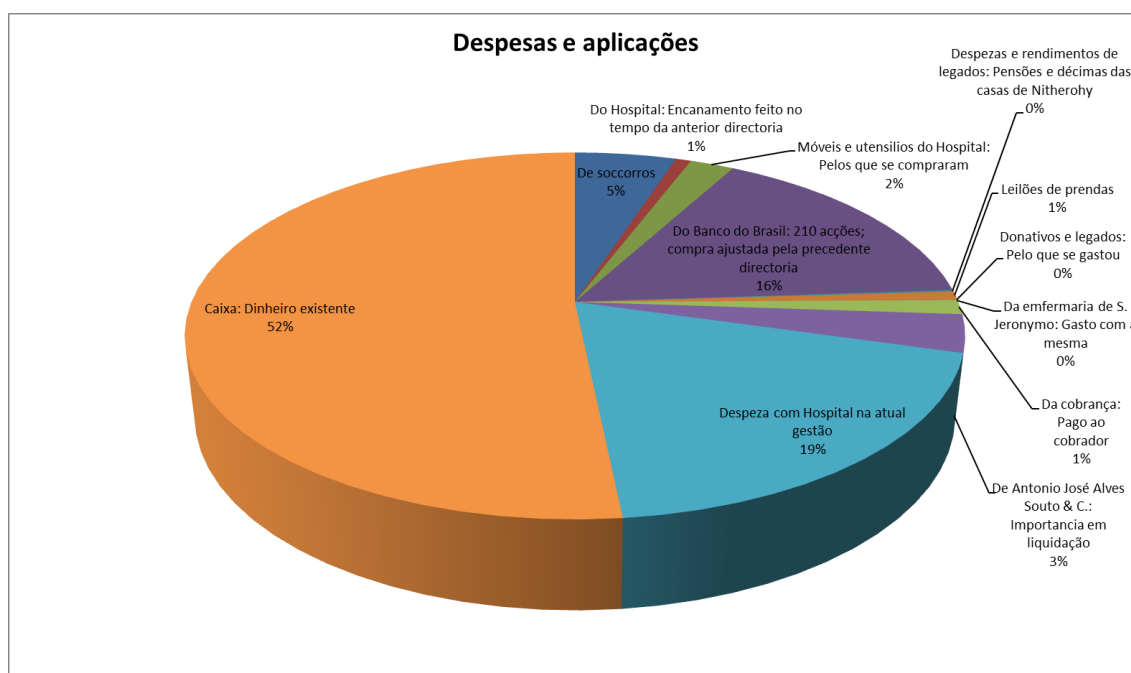


Gráfico 8

Fonte: Relatório de prestação de contas apresentado em assembleia geral da instituição, referente ao período de 01 de Abril de 1864 a 31 de Dezembro de 1865.

Neste segundo gráfico podemos perceber que, embora a associação fosse beneficente, os socorros só correspondiam a 5% dos gastos da mesma, ficando em terceiro lugar no rol das despesas. O grande vilão dos cofres da instituição era, sem dúvida, o hospital São João de Deus, para onde se canalizava a maior parte dos recursos. Quase todas as sociedades destinavam grande parte dos seus recursos à assistência, seja ela médica, filantrópica, em mensalidades às viúvas, entre outros, mas de forma inegável a saúde sempre representou a maior preocupação. No que tange a Sociedade Portuguesa de Beneficência, os socorros representavam apenas 5% do total de gastos, pois, em certa medida, os cuidados básicos já eram assegurados pelo hospital da instituição e por mais uma enfermaria estabelecida em São Jerônimo, Rio de Janeiro.

Em seu relatório de prestação de contas, a sociedade apresenta como meta futura a criação de botica devido ao avultado valor gasto em medicamentos, o que demonstra uma clara preocupação com o funcionamento autônomo da instituição, como Claudia Viscardi já havia apontado⁸⁹. Quando se recorria ao Estado, não era no sentido de obter benefício ou ajuda financeira, mas sim de salvaguardar o funcionamento independente e

⁸⁹ Viscardi, Cláudia. “Aspectos culturais do mutualismo”; *Scribd*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/96080507/Viscardi-Final-1>. Acesso em 26/10/2012.

autônomo da instituição ou mesmo garantir os direitos dos associados, a semelhança do Doutor Francisco Magalhães.

Os investimentos financeiros da instituição também são notáveis, apenas do Banco do Brasil, a juros de 6% ao ano, a sociedade detinha 210 títulos. Tais medidas podem ser entendidas num quadro mais amplo das mudanças econômicas que estavam em curso no país com a consolidação de uma estrutura de mercado capitalista. Essa era uma realidade dentro do universo associativo, funcionava como uma forma de otimizar os lucros das instituições, pois embora um dos requisitos para se fazer parte de uma sociedade fosse renda, o fantasma da inadimplência e a possibilidade do desemprego não podiam ser menosprezados; lembrando que as instituições se propunham a ajudar inicialmente os portugueses assalariados e só depois os portugueses pobres e desempregados.

Embora não represente nem 1% dos investimentos da associação, é de se destacar o papel da imprensa na vida das agremiações. Em 20 meses foram gastos em assinatura de jornais e em gráficas com a impressão de diplomas, anúncios e circulares 1:812\$836 (um conto, oitocentos e doze mil e oitocentos e trinta e seis mil reis). A imprensa era fundamental na vida das agremiações, pois além de ser um dos mecanismos para se arrebanhar sócios, era o local onde elas faziam circular a imagem que desejavam que a sociedade carioca tivesse das mesmas, ou seja, era um espaço simbólico de afirmação e de reivindicações. A Sociedade Beneficência Portuguesa também assinava dois dos mais importantes jornais cariocas, o “Jornal do Commercio” e o “Correio Mercantil”, o que corrobora com a teoria de Robert Putnam que assegura que “os leitores de jornais são mais informados do que os não leitores e, portanto têm mais condições de participar das deliberações cívicas. Assim o número de leitores de jornais reflete o interesse dos cidadãos pelos assuntos comunitários”⁹⁰. Embora não possuísse escolas, os próprios estatutos previam a facilitação do ensino moral e industrial, enquanto não houvesse condições para se criar espaços próprios de ensino, preparando-os assim para serem homens trabalhadores e cidadãos irrepreensíveis em sua moral.

Como pudemos constatar essa instituição, além de possuir mecanismos comuns às demais instituições, detinha um poderio econômico e simbólico notável. Em seu Artigo 27º a instituição previa que seriam membros natos do conselho deliberativo,

⁹⁰ Putnam, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 106.

desde que fossem sócios ativos, o encarregado de negócios de Portugal no Império do Brasil e o Cônsul geral de Portugal. Essa influência política, aliada à solidez da instituição pode explicar a queda de braço entre a sociedade e o Estado, pois além do caso Francisco Magalhães, as reformas encaminhadas a Secção de Negócios do Império foram inúmeras vezes recusadas e, ainda assim, a instituição continuava em pleno funcionamento.

Este cenário exemplifica bem o espaço que uma instituição portuguesa, beneficente ou não, poderia ocupar na sociedade carioca. Embora se afirmassem como universo português em plena sociedade carioca, protetores dos portugueses e preservadores da memória lusitana, não estavam fechados entre si e chegavam a ter um convívio intenso com a sociedade brasileira.

Considerações finais

Entre os fatos novos que me chamaram a atenção, durante a minha estada nos Estados Unidos, o que mais me impressionou foi a igualdade de condições. Descobri sem dificuldade a influência prodigiosa que ela exerce sobre a evolução da sociedade; ela dá à opinião pública uma direção definida, uma tendência certa às leis, máximas novas aos governantes e hábitos peculiares aos governados. Logo percebi que esse mesmo fato estende a sua influência além dos costumes políticos e das leis, e que domina tanto a sociedade civil como o governo; cria opiniões, faz nascer sentimentos, sugere práticas e modifica tudo aquilo que ele mesmo não produz. Assim, à medida que estudava a sociedade americana, via cada vez mais na igualdade de condições o fato essencial, do qual parecia se originar cada fato particular, e o encontrava constantemente diante de mim, como um ponto de convergência para todas as minhas observações.

Alexis de Toqueville, *Democracia na América*.

O século XIX brasileiro pode ser visto como um momento histórico de profundas transformações em diferentes setores da sociedade, e as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo provavelmente vivenciaram tais eventos com maior intensidade. No contexto econômico vivia-se uma profunda modificação nas formas produtivas com o fim do trabalho escravo e a mecanização das indústrias, dinamizando assim o comércio e os serviços, refletindo diretamente no processo de urbanização dos principais polos nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo.

No plano social, os efeitos do termino do tráfico internacional de escravos se faziam sentir como nunca, principalmente com a chegada da “lei do ventre livre” de 1871. Nesse contexto de substituição da mão de obra escrava por mão de obra assalariada e com a promoção de políticas migratórias por parte do Governo, a imigração europeia encontrava-se em franco crescimento. Na cidade do Rio de Janeiro, especificamente, a população imigrante era maioritariamente portuguesa e ser português naquela conjuntura poderia significar muita coisa: ser rico, pobre, comerciante, atravessador, funcionário público ou qualquer outra categoria profissional ou social,

pois os portugueses estavam presentes em todas as dimensões da vida social e econômica da cidade e do país. Este povo influenciou grandemente a vida dos brasileiros e os modos de sociabilidade vigentes no período.

No contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a classe trabalhadora nascente procurava por meio do direito de associação resistir as dificuldades dessa nova realidade, ainda fortemente marcada por elementos ideológicos e sociais do período da escravidão. Um dos principais mecanismos para a resolução de questões sociais foi a criação de sociedades de ajuda mútua, em grande parte dinamizada por estrangeiros de distintas nacionalidades, com destaque para os portugueses. Os lusitanos e suas formas de sociabilidade introduziram uma nova leitura do universo social brasileiro, trazendo à tona a relação tensa e conflituosa existente entre capital e o trabalho, principalmente aos estrangeiros.

Mas a questão econômica não era o principal fundamento para o associativismo português, muito embora não se possa negar que a motivação inicial da viagem ao Brasil fosse uma melhoria de vida ou mesmo o sonho de riqueza. Aprofundar no universo dessas instituições permite entender que o associativismo português ia além de proteção ou status social, mesmo estando num contexto de profundas mudanças econômicas com o avanço do capitalismo. Não podemos desprezar os aspectos morais do comportamento desses grupos, pois a maioria nem se quer se conhecia antes da chegada ao Brasil ou sequer se entendiam como portugueses, o que poderia facilmente justificar a inserção em outras espécies de associativos, como as de ofício, por exemplo.

O ideal de ser português estava presente, e o amor a pátria e o desejo de regresso impulsionavam a vida associativa, constituindo-se assim em espaços de afirmação e reafirmação da identidade lusitana.

A atuação das mutuais portuguesas se mostrou complexa, evidenciando a capacidade e o nível de organização das mesmas que só se tornaram tão sofisticadas ao entender as normas e obrigações sociais e as funções econômicas inerentes aos diversos setores da comunidade, dentro das quais estabeleceram estratégias de sobrevivência para os seus associados e familiares.

Embora fossem instituições autônomas e não dependessem de recursos estatais, as agremiações portuguesas mantinham um discurso alinhado a legislação vigente, apresentando-se como cumpridoras da lei e dos princípios morais, lançando mão de inúmeros recursos e argumentos a fim de viabilizarem seus projetos e sua própria existência.

O papel do Estado neste jogo social foi determinante, embora marcado por avanços e recuos na legislação, cabia ao Estado fiscalizar e controlar a vida associativa, no sentido de estabelecer mecanismos capazes de garantir o proveito público e a saúde financeira, evitando assim abusos ou mesmo fraudes que pudessem prejudicar os associados.

Em suma, a experiência associativa entre imigrantes demonstra uma das ricas dimensões da experiência mutualista no Brasil do Século XIX que permitiu compreender o papel fundamental que tais associações tiveram como importantes administradoras da proteção social e da formação dos elos de solidariedade vertical e horizontal entre os trabalhadores no Brasil da segunda metade do século XIX, embora o associativismo português fosse apenas uma das múltiplas faces do século XIX brasileiro.

Vou terminar.

Senhores: A Sociedade Portuguesa de beneficência conta atualmente perto de dez mil sócios. Com os minguados recursos que possui faz o bem que pode, e ainda ninguém bateu às suas portas inutilmente. Grave é a sua responsabilidade, porque tem a estrita obrigação de acudir a todos os seus sócios, ainda que para isso, em caso extremo, tenha de arriscar o seu futuro. Em tais circunstâncias, quando poderá ela estender o seu manto salutar a todos os portugueses que sofrem e gemem na enxerga da do pobre?

Oxalá, a Providência Divina o decrete, que em breves anos a Sociedade corresponda aos desejos dos seus fundadores; que seja o porto natural, onde achem piedoso abrigo, aqueles a quem as tempestades da vida gastaram saúde, aspirações e fortuna.

Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1866⁹¹.

⁹¹ Sociedade Portuguesa de Beneficência. Caixa 555, pacote 02, envelope 02, documento 25.

Anexos

Foram arrolados os registros das seguintes associações – respectivamente identificados por data e nome da sociedade; e indicação de cada referência dos registros que inclui a notação da caixa, pacotilha, envelope e documento:

ANO	NOME DA SOCIEDADE	CAIXA	PAC.	ENV.	DOC.
1860	SOCIEDADE FRANCESA DE SOCORROS MÚTUOS	528	3	2	35
1861	SOCIEDADE ALEMÃ GERMANIA	528	3	3	42
1861	SOCIEDADE BELGA DE BENEFICÊNCIA	528	3	2	37
1861	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	526	2	1	19
1862	ASSOCIAÇÃO NACIONAL VINTE E QUATRO DE SETEMBRO	531	3	2	42
1862	REAL SOCIEDADE AMANTE A MONARQUIA E BENEFICENTE	532	1	5	26
1862	SOCIEDADE ALEMÃ DE BENEFICÊNCIA	531	3	2	45
1862	SOCIEDADE BENEFICENTE RIO GRANDENSE	531	3	2	44
1862	SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA ESTRANGEIRA	532	1	41	22
1862	SOCIEDADE FRANCESA DE SOCORROS MÚTUOS	531	3	1	39
1862	SOCIEDADE GLÓRIA DO LAVRADO	531	3	3	47
1862	SOCIEDADE IPIRANGA	532	1	4	23
1862	SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICÊNCIA	531	3	2	43
1862	SOCIEDADE PRIMEIRO DE DEZEMBRO	531	3	1	34
1862	SOCIEDADE SUISSA DE BENEFICENCIA	532	1	5	24
1866	SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA BRITÂNICA	541	3	2	43
1867	SOCIEDADE FRANCESA DE SOCORROS MÚTUOS	543	2		34
1867	SOCIEDADE FRANCESA DE SOCORROS MÚTUOS	543	2		28
1867	SOCIEDADE FRANCESA DE SOCORROS MÚTUOS	543	2		34
1867	SOCIEDADE PORTUGUESA AMOR À MONARCHIA	543	2		26
1868	SOCIEDADE ITALIANA DE SOCORROS MÚTUOS	544	3	1	46
1871	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA MEMÓRIA DOM PEDRO 5º	550	3	2	44
1871	SOCIEDADE ALEMÃ GERMANIA	550	3	2	45
1871	SOCIEDADE BENEFICÊNCIA MINEIRA	550	3	1	35
1871	SOCIEDADE FRANCESA DE BENEFICÊNCIA	611	1	1	6
1871	SOCIEDADE PORTUGUESA CAIXA DE SOCORROS DE DOM PEDRO 5º	550	3	1	40
1871	SOCIEDADE UNIÃO FUNERÁRIA PRIMEIRO DE JULHO	550	3	2	46
1872	SOCIEDADE BENEFICENTE DEZOITO DE JULHO	551	1	1	1
1872	SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA	551	1	1	4

1872	SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA	611	1	1	8
1872	SOCIEDADE UNIÃO BENEFICENTE 29 DE JULHO	551	1	1	6
1872	SOCIEDADE UNIÃO BENEFICENTE 29 DE JULHO	611	1	1	10
1872	SOCIEDADE UNIÃO ISRAELITA DO BRASIL	551	1	2	12
1873	SOCIEDADE FRANCESA DE BENEFICÊNCIA	611	1	1	17
1873	SOCIEDADE FRANCESA DE SOCORROS MÚTUOS	611	1	1	19
1874	ASSOCIAÇÃO DRAMÁTICA BENEFICENTE RECREIO DOM LUIZ 1º	611	1	1	22
1874	SOCIEDADE BENEFICENTE JOSÉ BONIFÁCIO - CAIXA 611	611	1	2	27
1874	SOCIEDADE COMEMORATIVA DA INDEPENDÊNCIA DO IMPÉRIO	611	1	3	51
1874	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA MEMÓRIA DE DOM PEDRO 5º	611	1	2	59
1875	SOCIEDADE BENEFICENTE CEARENSE E ASSOCIAÇÃO FORENSE DE BENEFICÊNCIA	611	2	2	101
1875	SOCIEDADE CIRCLE SUISSE	611	2	2	105
1876	SOCIEDADE UNIÃO BENEFICENTE CAIXA DE SOCORROS MÚTUOS PEDRO II	554	1	2	8-A
1876	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA MEMÓRIA DE DOM PEDRO 5º	554	1	1	2
1876	SOCIEDADE UNIÃO BENEFICENTE DOM PEDRO II	554	1	3	15
1877	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	555	1	3	12
1877	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	555	2	2	25
1877	SOCIEDADE UNIÃO FRANCESA PRIMEIRO DE JULHO	555	1	2	10
1878	SOCIEDADE CIRCLE SUISSE	553	2	3	28
1878	SOCIEDADE FRANCESA DE SOCORROS MÚTUOS	556	1	1	7
1879	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CONDE D'Eu	556	1	2	18
1879	IMPERIAL SOCIEDADE UNIÃO BENEFICENTE VINTE E NOVE DE JULHO	556	1	2	14
1880	ASSOCIAÇÃO DRAMÁTICA E DE SOCORROS MÚTUOS DOM LUIZ 1º	557	1	1	7
1880	SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICENCIA	557	2	2	18
1882	ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO FAMILIAR HOMENAGEM A SERPA PINTO	559	2	2	12
1882	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS AÇORIANA COSMOPOLITA	559	1	3	10
1882	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS MEMÓRIA DO MARQUÊS DE POMBAL	559	1	2	7
1882	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA MEMÓRIA DE LUIZ DE CAMÕES	559	1	1	1
1882	SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS LUIZ DE CAMÕES	559	1	2	9
1882	SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS MARQUÊS DE POMBAL	559	1	1	3
1882	SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS PRÍNCIPE DO GRÃO-PARÁ - CAIXA 559	559	1	2	6
1882	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	559	1	2	5

Fontes:

1. ARQUIVO NACIONAL (RJ)

1.1 Fundo do Conselho de Estado (1860-1889) GIF1-1R-SDE:

Caixa 526 (1861) – Pacote 02
Caixa 531 (1862) – Pacote 34
Caixa 532 (1862) – Pacote 29
Caixa 543 (1867) – Pacote 02
Caixa 550 (1871) – Pacote 03, 04
Caixa 551 (1872) – Pacote 01
Caixa 554 (1874) – Pacote 01
Caixa 555 (1877) – Pacote 01, 02
Caixa 556 (1878) – Pacote 01
Caixa 557 (1880) – Pacote 01
Caixa 559 (1862-82) – Pacote 01
Caixa 611 (1874) – Pacote 01

1.2 Almanack Laemmert disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em 26/10/2012.

1.3 Censo Geral do Brasil 1875 disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20E9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil>. Acesso em Agosto de 2012.

2. Sítios na internet:

Brasil. Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860*, v. 1, parte I. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: dezembro de 2010.

Brasil. Decreto n. 2686 de 10 de novembro de 1860. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860*, v.1, parte II. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: dezembro de 2010.

Brasil, Senado Federal. <<http://www.camara.gov.br/http://www.senado.br>>

Referências

1. Artigos

Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. **“Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”**. In: Batalha, Claudio Henrique de Moraes; Silva Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (orgs.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 95-119.

_____. **“Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”**, *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, pp. 41-69.

_____. **“Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República”**, *Ciências Sociais Hoje*, 1990.

_____. **“A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?”**, *Revista Brasileira da História*, São Paulo, v. 12, nº 23/24, set. 1991/ago. 1992, pp. 111-124.

_____. **Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil**: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.4, ago./dez. de 2010, pp.12-22.

Chalhoub, Sidney. **“The Politics of Silence: Race and Citizenship in Nineteenth-Century Brazil”**, *Slavery and Abolition*, vol. 27, n. 1, April 2006, pp. 73-87.

Coniff, Michael L. **“Voluntary associations in Rio, 1870-1945”**, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 17 (1) fev., 1975, pp. 64-81.

Cruz, Maria Antonieta. Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuguesa. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6402.pdf>>. Acesso em: Novembro de 2012.

Gomes, Ângela de Castro. **Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980**: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 34, 2004.

Jesus, Ronaldo Pereira de. **“Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX”**. *Observatorio Iberoamericano Del Desarrollo local y la Economía Social*, v. 1, p. 473-504, 2007.

Jesus, Ronaldo Pereira de. **História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887)**. In: ALMEIDA, Carla M. C.; OLIVEIRA,

Mônica Ribeiro de. (orgs). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. JF: Edufjf, 2006.

_____. **“História e Historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”**. In: Carla Maria Carvalho de Almeida e Mônica Ribeiro de Oliveira (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____. **Associativismo no Brasil do século XIX**: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: *Lócus, Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 13, n. 1, pp. 144-170, 2007.

Lacerda, David P. **Vida associativa no Brasil monárquico**: um estudo sobre o mutualismo na cidade do Rio de Janeiro (1835-1889). Monografia de Bacharelado. ICHS/UFOP: Fevereiro de 2008. Orientador: Dr. Ronaldo Pereira de Jesus.

_____. **“O Fenômeno associativo na Corte através da documentação do Conselho de Estado (1860-1887)”**. In: *Anais do XV Encontro Regional de História - ANPUH/MG*, Universidade Federal de São João Del Rei, 2006, p. 1-8.

Lara, Silvia Hunold. **“Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”**, Projeto História, São Paulo, (16), Fev. 1998, p. 37.

Lima, Henrique Espada. **“Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”**. In: *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, vol. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-235.

Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. **“Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário – 1880 a 1930”**, *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói: UFF, v.1, n.1, 1985, pp.61-86.

Lobo, Eulália Maria Lahmeyer, Stotz, Eduardo Navarro. **“Formação do Movimento Operário no Rio de Janeiro, 1870-1894”**, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 15 (Nº especial): 49-88, 1985.

Needell, Jeffrey D. **“The abolition of the Brazilian slave trade in 1850: historiography, slave agency and statesmanship”**, *Journal of Latin American Studies*, 33, 2001, pp. 681-711.

Savage, Mike. **“Classe e História do Trabalho”**. In: Batalha, Cláudio Henrique de Moraes; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (orgs.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP/CECULT, 2004, pp. 25-48.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. **“Mutualismo e Filantropia”**. *Locus - Revista de História*, Juiz de Fora: EdUFJF, vol. 18, 2004, pp. 99-113.

Viscardi, Cláudia. **“Aspectos culturais do mutualismo”**; *Scribd*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/96080507/Viscardi-Final-1>>. Acesso em 26/10/2012.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo P. de. **“A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”**. In: Ferreira, Jorge e Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*, vol. 1, A formação das tradições. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 21-51.

2. Livros:

Abre, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Batalha, Claudio Henrique de Moraes; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/CECULT, 2004.

Besouchet, Lúcia. **Pedro II e o século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Bethel, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura / São Paulo: Edusp, 1976.

Cadernos AEL: **sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999.

Cardoso, Ciro Flamarion (org.). **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Carone, Edgar. **O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978.

Carvalho, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Castro, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Chalhoub, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. **Trabalho, Lar e Botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, 2ª Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- Cooper, Frederick; Holt, Thomas C; Scott, Rebecca J. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Costa, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República:** momentos decisivos, 8ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Unesp, 2007.
- Cunha, Olívia Maria Gomes da; Gomes, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão:** histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.
- De Luca, Tânia Regina. **O Sonho do Futuro Assegurado (O mutualismo em São Paulo).** São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- Fausto, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).** São Paulo: Difel, 1976.
- Fonseca, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis:** associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Faperj, Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.
- Fragoso, João Luís Ribeiro; Florentino, Manolo Garcia. **O Arcaísmo como projeto:** mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Gomes, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- Hall, Michael Macdonald; Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs.). **A Classe operária no Brasil:** documentos (1889-1930), vol. I: O movimento operário; vol. II: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense/Alfa-Ômega, 1979.
- Hardman, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão!** Vida Operária e Cultura anarquista, 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Hobsbawm, Eric. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária, 4º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- Kushnir, Beatriz. **Baile de Máscaras:** mulheres judias e prostituição. As Polacas e suas associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.
- Lara, Silvia Hunold. (org.). **“Escravidão”,** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ago. de 1988.

- Libby, Douglas Cole; Furtado, Júnia Ferreira. (orgs.). **Trabalho Livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- Lobo, Eulália M. L. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- Lopes, José Leite. **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/Museu Nacional, Marco Zero, PROED, 1987.
- Machado, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.
- Martins, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Menezes, Lena Medeiros de A. **Os indesejáveis**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- Monica, Maria Filomena. **A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Moraes Filho, Evaristo de. **O Problema do sindicato único no Brasil; seus fundamentos sociológicos**. São Paulo: Alfa Omega, 1952.
- Popinigs, Fabiane. **Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- Putnam, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- Rodrigues, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- Schwarcz, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo Companhia das Letras, 1998.
- Silva, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Simão, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado**. São Paulo: Dominus, 1966.
- Siqueira, Uassyr de. **Clubes e Sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)**. Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

Souza-Lobo, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Thompson, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 1, A árvore da liberdade, 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 2, A maldição de Adão, 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 3, A força dos trabalhadores, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Vianna, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Williams, Raymond. **Cultura**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Marxismo e Literatura**, trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

2. Teses e Dissertações

Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. **Le sindicalisme “Amarelo” à Rio de Janeiro (1906-1930)**. These de Doctorat de l’Université de Paris I, junho, 1986.

Cruz, Maria Cecília Velasco e. **Virando o jogo**: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1988.

Jesus, Ronaldo Pereira de. **O Povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte, 1870-1889**. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 2001.

Mattos, Marcelo Badaró. **Experiências comuns**. Escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2008.

Nomelini, Paula Christina Bin. **Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1931)**. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/Unicamp, 2007.

- Silva Jr., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). Tese de Doutorado, Porto Alegre: PUC-RS, 2004.
- Siqueira, Uassyr de. **Clubes e Sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro**: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924). Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.
- Vitorino, Artur José Renda. **Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica**: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/Unicamp, 1995.